

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

ATHOS MUNHOZ MOREIRA DA SILVA

**AS RELAÇÕES ENTRE A REPÚBLICA POPULAR DA
CHINA E O JAPÃO:
DA GUERRA FRIA À INTERDEPENDÊNCIA**

Porto Alegre

2012

ATHOS MUNHOZ MOREIRA DA SILVA

**AS RELAÇÕES ENTRE A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA E O JAPÃO:
DA GUERRA FRIA À INTERDEPENDÊNCIA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins

Porto Alegre

2012

ATHOS MUNHOZ MOREIRA DA SILVA

**AS RELAÇÕES ENTRE A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA E O JAPÃO:
DA GUERRA FRIA À INTERDEPENDÊNCIA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2012.

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins — orientador
UFRGS

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik
UFRGS

Prof^a. Dr^a. Analucia Danilevich Pereira
UFRGS

Aos meus pais, pelo amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especialmente aos professores da graduação em Relações Internacionais, pela educação gratuita e de excelência.

Agradeço ao meu orientador José Miguel Quedi Martins, pelos conhecimentos compartilhados e pela compreensão em relação ao meu método “peculiar” de trabalho e peço desculpas pelos momentos em que não pude cumprir à risca tudo o que ele me pediu. Agradeço também à professora Analúcia Danilevicz Pereira, pela oportunidade que me deu de trabalhar com ela.

Agradeço a Pedro Brites, que além da grande amizade, se dispôs a passar dias e noites me ajudando na redação e na revisão deste trabalho; Bruno Magno e Rômulo Pitt, que também foram fundamentais para a elaboração e revisão deste trabalho; ao Prof. Lucas Kerr de Oliveira, pelas conversas sobre geopolítica, energia e relações internacionais; João Chiarelli, a quem peço desculpas por não ter mantido contato freqüente nos últimos dois anos; Bruno Gomes Guimarães, nosso companheiro de momentos memoráveis.

Agradeço também aos meus amigos Vanessa Müller, Guilherme Ziebell, Roberto Fleck, Camila Cesar, Iara Machado, Claudia Pfeifer, Isadora Silveira, Aline Casagrande, Francisco Tuchtenhagen e tantas outras grandes pessoas que tive oportunidade de conhecer durante a minha graduação.

Aproveito para agradecer ainda aos camaradas do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE) e também aos companheiros da Oficina de Estudos Estratégicos e da assim chamada “turma 08” – em especial a João Arthur Reis e João Gabriel da Costa.

Agradeço, acima de tudo, à minha família: aos meus pais, pelo amor incondicional e pelo apoio, a seu jeito, e por fazerem de tudo para me proteger, às vezes em demasia, e às minhas avós, pelo amor e pelas orações.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo discutir as relações entre a República Popular da China e o Japão desde o início da Guerra Fria até os dias atuais. Destarte, a pesquisa pretende discutir o panorama atual das relações e os elementos estruturais internos e externos que interferem nessa relação. Considera-se necessário também destacar os principais fatos que constituíram as relações bilaterais nas épocas. Para tanto, o trabalho é dividido em três partes. O primeiro analisa o período da Guerra Fria, em que os constrangimentos sistêmicos possuem poder de veto com relação à normalização das relações, o que não impede a atuação das dinâmicas internas. Posteriormente, com a reaproximação sino-americana, há o reatamento diplomático e o tratado de paz. O segundo trata do período que começa no final da Guerra Fria e continua até os dias atuais, em que se destaca a “Asianização da Ásia”, com o aprofundamento da cooperação regional, e da responsabilidade de China e Japão como líderes regionais, embora a influência de atores extrarregionais seja, ainda, altamente relevante. A terceira e última parte lista indicadores e assuntos de interesse comum que possam ajudar na elaboração de tendências para as relações bilaterais, como a interdependência econômica, assuntos de segurança regional e a rivalidade potencial. Após essa análise conclui-se que as relações sino-japonesas oscilam entre a cooperação e o conflito, sendo influenciadas pelas dinâmicas internas e pelas limitações sistêmicas – sendo considerados os atores regionais e extrarregionais. A partir do reatamento diplomático, percebe-se uma tendência de aprofundamento da interdependência e da cooperação o que, entretanto, não implica em um processo irreversível.

Palavras-chave: China, Japão, relações sino-japonesas, Leste Asiático

ABSTRACT

This paper aims to discuss the relations between the People's Republic of China and Japan since the beginning of the Cold War to the present day. Thus, the research aims to discuss the current landscape of relations and internal and external structural elements that interfere in this relationship. It is also necessary to highlight the main facts that constituted the bilateral relations in times. To this end, this work is divided into three parts. The first analyzes the Cold War period, in which the systemic constraints have veto power with respect to the normalization of relations, which does not prevent the performance of the internal dynamics. Later, with the Sino-American rapprochement, there is the resuming of diplomatic relations and peace treaty. The second is the period beginning at the end of the Cold War and continues until the present day, in which the "Asianization of Asia" is highlighted, with the deepening of regional cooperation, and responsibility of China and Japan as regional leaders, though the influence of extra-regional actors is still highly relevant. The third and final part lists indicators and matters of common interest that may help in the development of bilateral relations to trends such as economic interdependence, regional security issues and potential rivalry. After this analysis we conclude that the Sino-Japanese relations oscillate between cooperation and conflict, being influenced by internal dynamics and the systemic limitations - considering regional and extra-regional actors. From the resumption of diplomatic ties, a trend of deepening interdependence and cooperation is perceived, which, however, does not imply an irreversible process.

Keywords: China, Japan, sino-japanese relations, East Asia

LISTA DE ABREVIATURAS

APEC – Cooperação Econômica Ásia-Pacífico

ASEAN – Associação das Nações do Sudeste Asiático

FMI – Fundo Monetário Internacional

G7 – Grupo que reunia Estados Unidos, Itália, Canadá, Alemanha (Occidental), Japão, França e Reino Unido

JBIC – Japanese Bank for International Cooperation

JEXIM - Banco Japonês para Exportação e Importação

JICA - Agência Japonesa de Cooperação Internacional

NDPO - Linhas Gerais do Programa de Defesa Nacional

NICs – Newly Industrialized Countries (Países Recentemente Industrializados)

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODA – Auxílio Oficial para o Desenvolvimento

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PCCh – Partido Comunista Chinês

PDJ – Partido Democrático do Japão

PIB – Produto Interno Bruto

PLD – Partido Liberal Democrata

TNP – Tratado de Não-Proliferação Nuclear

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 RELAÇÕES NO PERÍODO DA GUERRA FRIA: DETERMINANTES ESTRUTURAIS E DINÂMICAS INTERNAS	16
2.1 O Leste Asiático no Pós-Segunda Guerra Mundial.....	17
2.2 O Estágio das Relações Informais: 1952-1972	19
2.3 A Normalização e o Tratado De Paz: 1972-1978.....	21
2.4 Entre a “Lua de Mel” e os Velhos Conflitos: 1979-1989	26
2.4.1 As Quatro Modernizações Chinesas e a Cooperação Bilateral.....	27
3 O PÓS-GUERRA FRIA: REDEFINIÇÕES E REGIONALISMO	32
3.1 O Fim da Guerra Fria na Ásia: Tiananmen e a “Derrota Japonesa” no Golfo	33
3.2 As Relações Bilaterais na Década de 1990: Altos e Baixos (1989-2001).....	37
3.3 A Tese da “Ameaça Chinesa” e a Reaproximação Entre Japão e Estados Unidos	38
3.4 Tensão Política e Interdependência Econômica (2001-2006).....	46
4 INDICADORES PARA AS RELAÇÕES SINO-JAPONESAS	54
4.1 Projetos Nacionais na China e no Japão	54
4.2 Projetos de Integração.....	60
4.3 Possibilidades de Reunificação Nacional	64
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
6 REFERÊNCIAS.....	72

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar as relações entre a República Popular da China e o Japão. Seu recorte temporal, como o título sugere, se inicia no período pós-Segunda Guerra Mundial. Ao final, a partir dos indicadores e tendências identificados ao longo do trabalho, a pesquisa pretende discutir o panorama atual das relações, os elementos estruturais internos e externos que interferem nessa relação.

O subtítulo “da guerra fria à interdependência” busca resumir a evolução das relações bilaterais no período analisado. Inicialmente em lados opostos na Guerra Fria, os dois países constituem parte fundamental do realinhamento estratégico dos anos 1970, a partir do qual aprofundam suas relações políticas, diplomáticas e econômicas, criando uma interdependência. Cabe destacar que a expressão “interdependência” se refere unicamente ao fato de que há uma dependência mútua e não a um conceito específico.

A República Popular da China e o Japão são duas das três maiores economias mundiais, que somadas equivalem a cerca de 1/6 da economia mundial (FMI, 2012). Os dois países também estão entre os cinco que mais investem em defesa (IISS, 2012). Não à toa, portanto, que se fala que o futuro da Ásia passa pelo futuro das relações entre os dois países. Em uma época em que se fala cada vez mais sobre alteração na correlação de forças do sistema internacional e a emergência de uma ordem multipolar, torna-se fundamental analisar as relações entre China e Japão, posto que ambos são partes fundamentais desse (possível) novo arranjo. Cabe destacar também que, historicamente, os dois vizinhos foram atores centrais na evolução do sistema internacional; sendo seus respectivos alinhamentos políticos decisivos para o desfecho da Guerra Fria. Isso pode ser verificado, por exemplo, através da análise do impacto na geopolítica mundial derivado da aproximação entre China, Estados Unidos e Japão durante a década de 1970.

As relações entre China e Japão remontam há cerca de 2000 anos, acredita-se que os japoneses tenham se originado dos povos que habitavam a região, hoje, identificada como China. Durante a vigência do sistema tributário chinês, o Japão relutou em participar desse sistema, e em muitos momentos foi bem-sucedido. A partir do século XIX, as relações sino-japonesas passaram por um período de refundação. As Guerras do Ópio (1839-42 e 1856-1860) que refletiam, em última instância, o embate

entre o neocolonialismo ocidental e a busca pela soberania do Império Chinês, influenciaram decisivamente na trajetória política do Japão. Em um primeiro momento, o Império Japonês vai optar pelo isolamento diplomático, entretanto, essa estratégia mostra-se insuficiente para conter o avanço ocidental, o que conduz o Japão à Restauração Meiji em 1868, e, subsequentemente, a iniciar um processo de industrialização inspirado no modelo ocidental.

Recentemente, o processo de ascensão econômica chinesa tem lançado nova luz sobre as relações entre os dois países. Após um longo período, de pouco mais de cem anos, em que o Japão foi o polo mais forte dessa relação, a China passa ser o país mais pujante do leste asiático – o que tende a refundar, novamente, o perfil de interação que os dois países adotam. Esse processo, aliado às mudanças na estrutura do sistema internacional, mudanças essas oriundas da (re)emergência de novos polos ou blocos regionais de poder, como o Brasil, Rússia, Índia, África do Sul, Nigéria, ASEAN, por exemplo, tem reformulado a maneira como o processo de regionalização e aproximação de líderes regionais é abordado – no caso específico dessa pesquisa, a aproximação entre China e Japão.

Em outros termos, pode-se afirmar que a avaliação da evolução do relacionamento de China e Japão, bem como das perspectivas em torno desse relacionamento, tem como pano de fundo a análise do processo de regionalização e do impacto que ascensão de novos atores gera na conformação do sistema internacional. Em última instância, portanto, a análise do processo de construção de hegemonia. Para fins desse trabalho, o conceito de hegemonia remete ao processo de governança, mais do que um entendimento de hegemonia como um simples exercício de dominação. Dessa forma, o conceito de hegemonia aqui adotado aproxima-se do entendimento de Arrighi (1996), que define hegemonia como “a capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas” (ARRIGHI, 1996: p. 27). Nesse sentido, o presente trabalho pretende discutir o panorama atual das relações sino-japonesas e os desdobramentos que isso traz para a trajetória histórico-política dos dois vizinhos, bem como para o futuro do leste asiático.

Por isso, esta pesquisa visa identificar os fatores que tem maior relevância para as relações entre os dois países. Parte-se do pressuposto que as limitações sistêmicas são importantes, especialmente no que tange à atuação de potências

extrarregionais, contudo, as dinâmicas internas e regionais ganham relevância cada vez maior na determinação dos rumos das relações bilaterais - o que pode ser considerado, por um lado, um sintoma das divisões políticas internas, e, por outro, um reflexo da maior responsabilidade dos dois países em arcar com os custos da governança regional e global. Para atingir-se o objetivo central, este trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro capítulo aborda as relações a partir da construção do cenário estratégico no Leste Asiático após a Segunda Guerra Mundial. Esse período é caracterizado pelo estabelecimento de constrangimentos sistêmicos que moldam as relações. Formam-se também novas dinâmicas internas, que ficam mais nítidas a partir da década de 1970, quando Japão e China passam a estabelecer as bases de seu relacionamento, ainda na esteira da cooperação com os Estados Unidos.

O segundo capítulo enfoca as relações do final da Guerra Fria até o presente. O colapso da União Soviética e a quebra do alinhamento triangular entre China, Japão e Estados Unidos transformam o sistema regional, abrindo espaço para a institucionalização. Ao mesmo tempo, tensões internas e externas mascaradas pelo combate ao inimigo comum (URSS) ressurgem. Isso gera projetos de inserção internacional e de integração regional diversos. Além disso, esse período reflete a falta de confiança mútua ainda latente, e a reversão histórica que começa a se verificar a partir da vertiginosa ascensão econômica chinesa e o princípio de um período de estagnação econômica no Japão.

O terceiro e último capítulo pretende elencar indicadores que auxiliem no estudo de tendências para as relações bilaterais. Entre os elementos, enumeram-se os projetos políticos internos, os objetivos de política externa, a interdependência econômica, os fatores securitários de interesse comum, como Taiwan e a Península Coreana, e os projetos de concertação regional concorrentes, como a Comunidade do Leste Asiático e a Parceria Transpacífica.

Por fim, verifica-se que as relações sino-japonesas estão inseridas dentro do contexto de regionalização que vem se consolidando mundialmente. O que implica em afirmar que existe uma complementaridade entre o processo de regionalização da Ásia e a aproximação entre China e Japão. Ademais, a interdependência econômica entre os dois países, que vem crescendo (especialmente na última década) a taxas significativas,

demonstra que a proximidade geográfica e a complementaridade das duas economias acabam por influenciar diretamente na trajetória de aproximação dos dois países.

Portanto, ao se analisar o padrão de relacionamento político/diplomático que impera entre os dois vizinhos, há de se levar em conta que a trajetória histórica sino-japonesa indica que a interdependência, em que pese os grandes obstáculos (tanto no âmbito interno, quanto externo) ainda existentes, tende a se aprofundar. Entretanto, isso não significa que esse processo de aprofundamento da interdependência entre os dois países seja irreversível – o que ficou claro, por exemplo, na escalada de tensionamento que ocorreu a partir da disputa sobre o controle das Ilhas Senkaku/Diaoyu.

2 RELAÇÕES NO PERÍODO DA GUERRA FRIA: DETERMINANTES ESTRUTURAIS E DINÂMICAS INTERNAS

Este capítulo trata das relações bilaterais de China e Japão no período que vai do final da Segunda Guerra Mundial até a década de 1980. O recorte temporal adotado reflete o nascimento de China e Japão como conhecemos hoje: a China comunista com o desfecho da revolução em 1949 e o Estado Japonês reestruturado após a derrota do Japão imperial em 1945. A relação entre os dois países, durante o período abordado, é profundamente marcada pelo contexto internacional da Guerra Fria e pelos interesses dos Estados Unidos e da União Soviética. Entretanto, a pesquisa tentará mostrar a importância de elementos endógenos da dinâmica bilateral – elementos que surgiram neste período e são cruciais para o entendimento da atual conjuntura bilateral.

Assim, este capítulo analisará em um primeiro momento a revolução comunista na China e o seu impacto para a estratégia das superpotências, a guerra da Coreia, o processo de industrialização e o “milagre japonês” e o papel de Taiwan para a política exterior da China no leste asiático. Este primeiro momento é caracterizado pelo predomínio da dinâmica da Guerra Fria e dos interesses das potências em relação à dinâmica própria da região.

O segundo momento mostra uma relação amadurecida entre os dois países. O governo Nixon trouxe importantes transformações para China e Japão, com o *rapprochement* sino-americano e com o fim do padrão ouro-dólar. Aqui, tem-se o início da triangulação Estados Unidos-China-Japão, e uma postura de apoio mútuo após o afastamento da China da esfera soviética. O Japão instrumentaliza seu crescimento econômico para exercer liderança na região, baseando sua atuação internacional através de projetos econômicos como as ODAs, que viriam a ser um fator de aproximação, por meio do apoio japonês ao processo de modernização chinesa. Por fim, se conclui que por mais relevantes que tenham sido as limitações sistêmicas durante esse período, fica claro que havia uma dinâmica interna entre os dois países que transcendia os constrangimentos do sistema internacional. Essa dinâmica torna-se mais clara à medida que os Estados Unidos diminuem o seu poder de veto sobre as relações regionais.

2.1 O Leste Asiático no Pós-Segunda Guerra Mundial

O final da Segunda Guerra Mundial trouxe consigo uma nova correlação de forças no sistema internacional e a redefinição da ordem internacional. Desenhou-se uma nova ordem que teria como principais protagonistas as “superpotências”, os Estados Unidos e a União Soviética, diante de uma Europa decadente (VISENTINI & PEREIRA, 2010).

A Ásia Oriental se tornaria mais uma porção a ser dividida no contexto da Guerra Fria. A China estava do lado vencedor, mas não tendo consolidado seu Estado Nacional e o processo de modernização das forças produtivas, dependeu de auxílio externo para vencer a guerra. O Japão, que surgira como potência na passagem do século XIX para o século XX, havia sido derrotado pelos Aliados, com participação da Frente Unida Chinesa e dos Soviéticos, embora a imagem mais difundida da derrota japonesa tenha sido a do lançamento das duas bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki em agosto de 1945 e a subsequente rendição e ocupação do Japão pelos Estados Unidos.

Assim, o cenário do Pós-Guerra no Nordeste da Ásia mostrava: o Japão ocupado pelos Estados Unidos, governado, na prática, pelo General Douglas MacArthur; a China, de volta à Guerra Civil, com diferenças irreconciliáveis entre os Comunistas e o Kuomintang, que impossibilitaram a formação de um governo de coalizão; a Coreia, antiga área de disputa entre ambos fora dividida entre a União Soviética e os Estados Unidos – respectivamente ao norte e ao sul do paralelo 38.

A ocupação do Japão pelas tropas sob o comando do General norte-americano Douglas MacArthur alterou de forma significativa o contexto político e estratégico japonês. Além da imposição de uma constituição que negava ao Japão a possibilidade de manter forças armadas regulares e de recorrer à guerra, o Comando Aliado expurgou, de forma arbitrária, inúmeros políticos¹, o que resultou no

¹ Um exemplo é Hatoyama Ichiro, eleito primeiro-ministro em 1946 e expurgado no dia de sua posse. Ele havia se oposto ao militarismo japonês, mas suas idéias para a reconstrução japonesa – entre elas, a de um Japão não-alinhado e com forças armadas – rivalizavam com as de MacArthur (ITOH, 2003).

fortalecimento dos burocratas e dissolução dos Zaibatsus² (UEHARA, 2003; ITOH, 2003).

Inicialmente, o plano norte-americano para a Ásia considerava a China (então governada por Chiang Kai-Shek) como um dos “policiais” do mundo e principal aliada no Leste Asiático (KISSINGER, 1994). Contudo, a Revolução Comunista na China e a Guerra da Coreia levaram os Estados Unidos a redefinir sua estratégia para a região.

A Guerra da Coreia e a Revolução Chinesa levariam o Japão à política do “curso reverso³”, diminuindo a interferência sobre a vida política japonesa e incentivando a recuperação econômica (ITOH, 2003). Durante a Guerra da Coreia, ocorrida de 1950 a 1953, ficou evidente o papel japonês como principal aliado asiático dos Estados Unidos, tanto como porta-aviões natural (BRITES & OLIVEIRA, 2012), quanto como fornecedor de suprimentos, o que, na prática, proporcionou a reindustrialização o Japão (CHIARELLI, 2009).

A China, já desgastada pela Guerra Civil, entrou na Guerra da Coreia pelo lado norte-coreano, em suporte à União Soviética, mas acabou, ela própria, assumindo o engajamento pelo lado comunista (ZHANG, 2002). Por outro lado, as experiências militares fortaleceram o regime recém-instalado, por ter enfrentado, sem ser derrotado, uma força militar muito mais poderosa, liderado pelos Estados Unidos.

Concomitantemente, em 1951, foi assinado o Tratado de São Francisco, entre os Estados Unidos, seus aliados e o Japão. Esse documento estabelecia a renúncia japonesa aos territórios ocupados a partir de 1895, como a Península Coreana, as ilhas de Formosa e Pescadores, Kurilas e parte da Sacalina⁴ e condicionava o pagamento das indenizações de guerra por parte do Japão (TREATY, 1951). No mesmo ano, foi assinado o Tratado de Segurança entre os Estados Unidos e o Japão, que garantia a possibilidade de utilização do território japonês como base para as forças norte-americanas. No ano seguinte, foi assinado o Tratado de Taipei, entre a República da

² Os Zaibatsus eram os conglomerados empresariais familiares japoneses. Eles atuavam em diferentes setores como o bancário, o industrial, o de mineração, o de comércio exterior, entre outros. Constituíam, portanto, um oligopólio (VISENTINI, 2012).

³ A política do “curso reverso” consistia em reverter as reformas realizadas pelo comando aliado no Japão, como os expurgos e o desmantelamento da estrutura produtiva japonesa, pois haviam fortalecido demasiadamente os comunistas japoneses (ITOH, 2003).

⁴ Cabe destacar que a União Soviética se recusou a assinar o tratado.

China e o Japão, estabelecendo o reconhecimento diplomático mútuo e reafirmando o compromisso japonês de renunciar a Formosa e Pescadores (TREATY, 1952).

2.2 O Estágio das Relações Informais: 1952-1972

Com o fim da ocupação norte-americana no Japão, em 1952, e a estabilização do governo comunista na China – indicada pela promulgação da primeira constituição da República Popular, em 1954 (CARLETTI, 2008) –, abriram-se possibilidades de aproximação entre Pequim e Tóquio. Embora a Segunda Guerra Sino-Japonesa tenha deixado marcas profundas, os dois lados entendiam a necessidade de manter boas relações. Para os chineses, tratava-se, nas palavras de Zhou Enlai, de uma “abordagem cumulativa”, na expectativa de que os intercâmbios cultural e econômico levariam à aproximação política, enquanto que para os japoneses era a “separação entre economia e política”, embora futuramente atos políticos se tornassem capitais para as relações como um todo (TOGO, 2005).

Nota-se ao longo da década de 1950, um aumento constante e expressivo do comércio, muito embora o Japão participasse oficialmente de embargos comerciais contra a China (BURNS, 2000). Entre 1952 e 1958 foram assinados quatro acordos privados de comércio que tinham prazos predeterminados e estipulavam metas quantitativas para o comércio bilateral (HSIAO, 1977). Em 1956, o comércio bilateral já havia superado o do Japão com Taiwan (ZACHMANN, 2012).

Cabe destacar que como efeito dos expurgos, a classe política japonesa estava enfraquecida, devido em grande parte à inexperiência dos novos integrantes da Dieta⁵ (UEHARA, 2003). Em 1955, o Partido Liberal, de Hatoyama e o Democrata, de Yoshida, haviam convergido para formar o Partido Liberal-Democrata (daqui em diante, PLD) que viria a ser uma das bases do “triângulo de ferro”, composto ainda pela burocracia e pelo empresariado. Este sistema se tornou o principal responsável pela formulação e decisão política, relegando a Dieta, na maioria das vezes, a um papel referendador. Pode-se dizer que esses arranjos se constituíram como forma de blindagem ao processo decisório contra pressões externas.

⁵ A Dieta é o órgão legislativo máximo do sistema de governo parlamentarista japonesa, composto pela Casa dos Representantes (Câmara Baixa) e Casa dos Conselheiros (Câmara Alta).

Nas palavras de Uehara (2003), o principal elemento do “triângulo de ferro” era a “busca pelo consenso”, o que não excluía a existência de diferenças de pensamento. No que tange às relações com a China, pode se apresentar o embate entre os “pró-China” e os “pró-Taiwan”. Entre os “pró-China” estavam aqueles que conheciam a capacidade de absorção do mercado chinês no pré-guerra e os que defendiam maior autonomia perante os norte-americanos. Entre os “pró-Taiwan” ou “anti-China” estavam, de forma geral, os conservadores, anti-comunistas e/ou pró-americanos.

O primeiro contato oficial entre os dois governos foi na Conferência de Bandung, em 1955. No ano anterior, China e União Soviética emitiram um Comunicado Conjunto declarando o desejo de reatar relações diplomáticas com o Japão. Durante a Conferência de Bandung, o governo de Pequim manifestou novamente a intenção de normalizar relações com o Japão. O então primeiro-ministro japonês Hatoyama Ichiro era favorável a normalização com a China, mas foi constrangido pelas pressões de Taipei e Washington (e também dos japoneses pró-Taiwan), agravadas pela ocorrência recente da Guerra da Coreia e pela primeira crise no Estreito de Taiwan⁶, o que inviabilizou a normalização naquele momento. Ainda assim, o governo de Hatoyama logrou o reatamento com a União Soviética e sua aprovação para o ingresso na ONU.

Já em 1957, as relações foram seriamente abaladas com a visita do primeiro-ministro japonês Kishi Nobusuke a Taipei. Nessa ocasião, ele teria encorajado Chiang Kai-shek a contra-atacar o continente (RADTKE, 1990). Embora adotasse uma postura anti-Pequim, ele inicialmente deu aval a um novo tratado privado de comércio, que estabelecia, além de provisões para o comércio bilateral, a instalação de residências de comércio e imunidade diplomática aos agentes de comércio, com a permissão de hastear bandeiras nacionais – o que significaria um quase-reconhecimento mútuo. A pressão de norte-americanos e taiwaneses levou o governo de Kishi a voltar atrás em alguns dos termos do acordo, como o status “semi-diplomático” do tratado (BURNS, 2000).

Em 1958, após um incidente envolvendo a retirada de uma bandeira da República Popular da China em uma exposição em Nagasaki, o governo chinês rompeu o acordo com o Japão. Contribuiu também para a tensão entre Tóquio e Pequim a

⁶ A primeira crise do Estreito de Taiwan foi um pequeno conflito armado que aconteceu que contrapôs os governos do continente e da ilha entre Setembro de 1954 e Maio de 1955. A disputa tinha como centro ilhas como Quemoy, Matsu e Ichiang (GLOBAL SECURITY, 2012a).

segunda crise no estreito de Taiwan⁷, em 1958, que fortaleceu o grupo pró-Taiwan e influenciou na revisão do Tratado de Segurança Mútua entre Japão e Estados Unidos⁸.

As relações comerciais não seriam restabelecidas até 1962, quando foi assinado o Memorando relativo ao Acordo Abrangente de Comércio de Longo Prazo, também chamado de Acordo de Comércio Liao-Takahashi, que previa a compra de plantas industriais pela China, com financiamento do JEXIM⁹, além do estabelecimento de entrepostos comerciais, que dava imunidade diplomática aos agentes de comércio e o direito de exibir bandeiras nacionais, o que dava status semi-diplomático às relações (LEE, 1969).

Ao longo da década de 1960, as relações esfriaram. O governo do primeiro-ministro Sato Eisaku, sob pressão do governo de Taiwan, cancelou o financiamento do JEXIM para investimentos na China. Além disso, em 1967, Sato visitara Taipei e Washington publicando um comunicado conjunto com os Estados Unidos, manifestando apoio à Guerra do Vietnã e considerando a segurança de Taiwan como um dos problemas mais importantes para o Japão, atraindo forte reação do governo chinês, que apontou a afirmação do comunicado conjunto como um retorno ao militarismo japonês (TOGO, 2005). Pode-se dizer o objetivo de Sato era obter o retorno de Okinawa para a posse do Japão, o que foi alcançado, com o compromisso firmado em 1969 e o retorno em 1972.

2.3 A Normalização e o Tratado De Paz: 1972-1978

Durante a Revolução Cultural e o governo de Sato Eisaku as relações sino-japonesas haviam esfriado. Em 1972, contudo, a situação se alterou de forma repentina. O Japão havia recebido dois choques – o que se convencionou chamar de choques de Nixon (TOGO, 2005; HOOK et al., 2005). O primeiro fora o fim do padrão ouro-dólar,

⁷ A segunda crise do Estreito de Taiwan ocorreu entre Agosto de 1958 e Janeiro de 1959. Ela pode ser considerada a continuação da primeira.

⁸ Assinada em 1960, a revisão estabelecia a necessidade dos Estados Unidos defenderem o Japão e dava poder de decisão ao Japão quanto à utilização das bases militares, mas mantinha o Japão como um protetorado militar norte-americano. Kishi renunciaria graças a uma forte turbulência política interna provocada pela discussão sobre o tratado, principalmente por parte dos “pacifistas” que temiam que o “expansionismo norte-americano” pudesse ameaçar a segurança do país (TOGO, 2005).

⁹ JEXIM é a sigla para Banco Japonês para Exportação e Importação. Em 1999, o JEXIM se tornaria parte do que hoje é o Banco Japonês para a Cooperação Internacional (JBIC), principal órgão do país para a cooperação econômica internacional (CHIARELLI, 2009).

que desvalorizou o dólar, diminuindo a competitividade das exportações japonesas e o segundo, a reaproximação entre os Estados Unidos e a República Popular da China sem qualquer consulta aos japoneses (HOOK et al., 2005).

O choque do dólar e, por conseguinte, a valorização do iene, havia ocasionado a intensificação do processo de subcontratação japonês, deslocando para países com mão-de-obra barata as indústrias que geravam menor valor agregado e dependiam de mão-de-obra intensiva, como têxteis e componentes metálicos, através de redes de empresas cujas matrizes ficavam no Japão (ARRIGHI, IKEDA & IRWAN, 1997). Dessa forma, a quebra do padrão-ouro provocou o início de um processo que aprofundaria a interdependência econômica entre o Japão e o Leste Asiático.

No campo estratégico, na esteira da Guerra do Vietnã, Richard Nixon proclamou a Doutrina Guam e buscou aproximar-se da China. A cobrança dos norte-americanos por uma maior participação dos aliados nos custos de defesa e o desengajamento norte-americano na Ásia lançara as bases para o regionalismo. No caso do Japão implicaria voltar-se politicamente para a Ásia – incluindo a República Popular da China. Neste contexto, os Estados Unidos retornaram Okinawa para o Japão em 1972, mantendo a utilização das bases americanas, mas repassando a administração e os custos para os japoneses.

Antes da reaproximação com os Estados Unidos, a China tinha poucas opções diplomáticas, dado o seu posicionamento de confrontação “anti-hegemônico” contra as duas superpotências, que se seguiu ao cisma sino-soviético. Os choques fronteiriços com a União Soviética e a escalada do conflito, que por pouco não levou à guerra em 1969, fizeram a República Popular perceber a insustentabilidade do seu isolamento diplomático, não só pela incapacidade industrial e bélica de enfrentar a União Soviética, mas pelo possível cercamento da China. Além disso, o país já havia enfrentado a Índia em 1962.

“Ao fim e ao cabo, com o andar da década de 1960, mesmo Mao começou a reconhecer que os potenciais perigos à China estavam se multiplicando. Ao longo de suas vastas fronteiras, a China encarava um potencial inimigo na União Soviética; um adversário humilhado na Índia; um massivo deslocamento de forças norte-americanas e uma guerra em escalada no Vietnã; auto-proclamados governos-no-exílio em Taipei e no enclave Tibetano no norte da Índia; um oponente histórico no Japão; e, do outro lado

do Pacífico, uma América que via a China como um adversário implacável” (KISSINGER, 2011: p. 282, tradução livre¹⁰).

Portanto, mesmo que o ressurgimento econômico e a possibilidade do reavivamento do militarismo japonês ainda preocupassem os chineses, era mais importante garantir o apoio do Japão contra a União Soviética e, principalmente, levar os japoneses a cortar relações oficiais com o governo de Taiwan (KISSINGER, 2011).

A aproximação sino-americana foi um duro golpe no grupo Pró-Taiwan e inviabilizou a permanência de Sato. Além disso, havia por parte da população japonesa um “sentimento de culpa” pelos atos cometidos durante a Segunda Guerra Mundial, o que se constituiu em elemento facilitador da normalização diplomática. Assim, em Julho de 1972, tornou-se primeiro-ministro Tanaka Kakuei, que tinha como uma de suas principais políticas a busca da normalização diplomática com a República Popular da China.

No final de setembro do mesmo ano, uma comitiva liderada pelo primeiro-ministro Tanaka e pelo ministro dos assuntos exteriores, Ohira Masayoshi se reuniram com Mao Zedong, Zhou Enlai e outros. Além do reconhecimento diplomático mútuo, outra questão primordial, era claramente Taiwan. Esse ponto, na verdade, consistia na aceitação, pelo Japão, de três condições: reconhecimento do governo de Pequim como o único governo da China; reconhecimento da indivisibilidade do território chinês e, portanto, do princípio de “Uma China”; reconhecimento de que Taiwan era uma província da China (JOINT, 1972).

Em troca desse compromisso por parte do governo japonês, a China se dispusera a renunciar a reparações financeiras de guerra. De certa forma, essa renúncia seguia-se ao que o governo de Taipei também fizera ao firmar um acordo de paz com o Japão em 1952. Os comunistas não queriam parecer menos generosos do que o Kuomintang, mas ainda mais importante era assegurar a quebra de relações oficiais dos japoneses com Taipei (KISSINGER, 2011).

¹⁰ No original, “In the end, as the 1960s progressed, even Mao began to recognize that potential perils to China were multiplying. Along its vast borders, China faced a potential enemy in the Soviet Union; a humiliated adversary in India; a massive American deployment and an escalating war in Vietnam; self-proclaimed governments-in-exile in Taipei and the Tibetan enclave of northern India; a historic opponent in Japan; and, across the Pacific, an America that viewed China as an implacable adversary.”

Além disso, foi incluído um artigo que persistiria como um conteúdo ético da relação entre os dois países e que seria mencionado em documentos oficiais e declarações posteriores. Este artigo pregava que “nenhum dos dois países deveria buscar hegemonia na região da Ásia-Pacífico e se opõem aos esforços de qualquer outro país ou grupo de países que estabeleça essa hegemonia”, o que ficou conhecido como “cláusula anti-hegemônica”.

Sobre o comunicado conjunto, ainda é importante citar a menção positiva ao artigo oitavo da Declaração de Potsdam (1945), que previa a limitação do território japonês “às ilhas de Honshu, Hokkaido, Kyushu, Shikoku e outras ilhas menores a serem determinadas”, implicitamente postergando a negociação acerca das disputas territoriais, nomeadamente pelas (de acordo com os japoneses) Ilhas Senkaku, chamadas pelos chineses de Ilhas Diaoyu. Por fim, ao reconhecer diplomaticamente a China Popular, o Japão deixou de reconhecer o tratado de paz assinado com Taiwan, ainda na década de 1950.

O comunicado conjunto entre China e Japão, lançado em 1972, foi o início de um período que estudos sobre Ásia Oriental, e mais destacadamente Vogel, Yuan e Tanaka (2002), costumam classificar como a “Era de Ouro do Triângulo Estados Unidos-China-Japão”, e que acaba com o incidente na Praça da Paz Celestial, em 1989. Atribui-se o nome “Era de Ouro” ao fato de que havia um alinhamento estratégico entre as políticas externas e na rede de relações bilaterais entre os três países, o que não excluía desentendimentos pontuais (VOGEL, YUAN & TANAKA, 2002).

Além de conseqüências políticas, o comunicado conjunto Sino-Japonês, lançou as bases para a realização de acordos de ordem logística e econômica nos anos seguintes, como a redução de barreiras tarifárias, navegação e aviação civil. O governo japonês também retirou todas as restrições sobre financiamentos feitos pelo JEXIM. Entre 1972 e 1975, o comércio bilateral subiu três vezes e o Japão se tornou o maior parceiro comercial da China (BURNS, 2000).

A estrutura de comércio bilateral assemelhava-se a de uma relação centro-periferia. A China exportava principalmente produtos primários como petróleo cru, alimentos e outros recursos minerais. O Japão, por sua vez, exportava aço, equipamentos, maquinário, produtos químicos – produtos fundamentais para a industrialização chinesa – e fibras sintéticas (BURNS, 2000; LEE, 1984).

Em 1978, fora assinado o Acordo de Comércio de Longo Prazo¹¹, que previa, no mínimo, dobrar o comércio bilateral até 1985 e aumentar ainda mais as importações de petróleo e carvão pelo Japão, promover exportações de bens com alta tecnologia e oportunidades de negócios para o empresariado, o que certamente fortaleceu seu lobby sobre o governo (BURNS, 2000).

Esse ponto é bastante relevante se considerarmos a alta dependência externa dos japoneses com relação a recursos energéticos. Em 1972, o Japão importava mais de 80% do seu petróleo do Oriente Médio. Embora tenha obtido a reversão do embargo pelos países da OPEP pouco tempo após o “choque do petróleo” e a indústria japonesa tenha respondido com inovações tecnológicas focadas em diminuir o consumo energético, a escassez de energia provocou um poderoso efeito psicológico na população japonesa (MASAKI, 2007; LEE, 1979; ESRI, 2004). Desta feita, a diversificação de fontes de recursos energéticos fez-se decisiva nas relações com a China, naquele momento.

A interdependência econômica crescente entre o Japão e os países do leste asiático e a diminuição dos efetivos militares norte-americanos no Leste Asiático (KANE, 2006) levaram o Japão a voltar-se politicamente para o Leste Asiático. O ato político que costuma ser lembrado como símbolo desta posição foi a proclamação da Doutrina Fukuda, a partir do discurso do primeiro-ministro Fukuda Takeo, em 1977, durante visita ao sudeste asiático, na qual defendeu uma aproximação do Japão com os países do Sudeste Asiático, bem como a promessa de não buscar um papel militar na região e promover uma diplomacia baseada no diálogo – o que ficou conhecido como diplomacia do “heart-to-heart understanding” (HOOK ET AL., 2005).

A seguir, a preocupação era em negociar um tratado de paz. Embora houvesse um cenário político externo propício, havia restrições à inclusão da “cláusula antihegemônica”, especialmente por parte dos grupos que se opunham às relações com a China comunista e as negociações, iniciadas em 1974, durariam até 1978. Alguns acontecimentos influenciaram o comportamento das partes

¹¹ Chama a atenção o fato de que o acordo tenha sido assinado por um representante da Keidanren e não por um representante do Ministério do Comércio Exterior e da Indústria (MITI – Ministry of International Trade and Industry) (LEE, 1984).

O então primeiro-ministro Fukuda, apesar da Doutrina que leva seu nome, tinha pouca influência sobre a política externa. A Doutrina, inclusive, fora formulada por Hatoyama Ichiro, filho de Ichiro, ministro dos assuntos exteriores e burocrata de longa carreira no Ministério das Finanças¹² (ITOH, 2003). A decisão de Fukuda de avançar as negociações pode se relacionar muito mais à pressão da suprapartidária Liga de Parlamentares para a Amizade entre Japão e China, que contava com 497 membros, e do empresariado, representado pela Keidanren¹³ (LEE, 1979).

Ainda em 1978, uma frota de aproximadamente 140 embarcações pesqueiras chinesas se aproximou das ilhas Senkaku/Diaoyu, mantendo um impasse com a guarda costeira japonesa. Esse fato parecia ter dado um trunfo aos “falcões”, que mantinham reservas a um tratado com a China. Todavia, a possível confrontação pelas ilhas, aliada ao cenário estratégico regional, levou os japoneses à conclusão de que firmar um tratado com os chineses reduziria as possibilidades futuras de atritos.

Finalmente, em Agosto de 1978, Japão e China assinaram o Tratado de Paz e Amizade. O grande impasse nas negociações, a “cláusula anti-hegemônica” foi aprovada. Outro artigo propunha que o documento não afetaria as relações com terceiros países, o que não impediu a União Soviética de reagir. Além de assinar um tratado de paz com o Vietnã, os soviéticos ocuparam quatro das ilhas que o Japão reivindicava, no arquipélago das Kurilas/Territórios do Norte (KIMURA, 2000).

2.4 Entre a “Lua de Mel” e os Velhos Conflitos: 1979-1989

A assinatura do tratado de paz e amizade inaugurou um novo período nas relações, marcado pelas profundas transformações pelas quais passou a China – com enorme participação japonesa na modernização econômica desse país. O uso recorrente do termo “lua-de-mel” na literatura é bastante relacionado com essa circunstância. Isso se justifica pelo fato dos dois países estarem alinhados estrategicamente contra o inimigo em comum, a União Soviética e as relações econômicas eram cada vez mais

¹² Cabe destacar que o papel do primeiro-ministro na política externa dependia do seu perfil. Além disso, o Ministério dos Assuntos Exteriores do Japão (MOFA) disputava a influência sobre a política externa com o Ministério das Finanças (MOF) e com o Ministério da Indústria e Comércio Internacional (MITI) (UEHARA, 2003).

¹³ A Keidanren é a Federação das Entidades Econômicas do Japão e principal representante do empresariado japonês.

profundas. Mesmo os crescentes gastos em defesa pelo Japão atraíam pouca crítica das principais lideranças chinesas.

Ainda assim, a década de 1980 é o período que temas delicados ressurgem, como, por exemplo, as feridas históricas da Segunda Guerra Sino-Japonesa. Como agravante, a opinião pública chinesa se torna mais influente no posicionamento oficial do governo. O alarde sobre o grande desempenho econômico do Japão, a sua busca por um papel político mais relevante no cenário internacional e o aumento dos seus gastos em defesa também acenderam alguns alertas na China – principalmente na linha dura do partido comunista.

2.4.1 As Quatro Modernizações Chinesas e a Cooperação Bilateral

Após a morte de Mao, Deng Xiaoping foi novamente reabilitado no Partido Comunista, isolou Hua Kuofeng politicamente e instalou novos líderes nos altos escalões, favoráveis ao seu projeto nacional. No final de 1978, foi anunciado o projeto que promovia modernizações nas áreas da agricultura, indústria, defesa e ciência e tecnologia, que ficaram conhecidas como as quatro modernizações.

Ainda em 1978, Deng Xiaoping se tornaria o primeiro líder chinês a visitar o Japão em 2.200 anos de história, na ocasião da ratificação do tratado. Durante a visita, em várias oportunidades, salientou o atraso por que passava a China, mostrando que o país estava receptivo à cooperação tecnológica e a receber investimentos. “Se você tem um rosto feio, não é útil fingir que é bonito¹⁴”, afirmara Deng (KISSINGER, 2011: p. 485, tradução livre). Segundo Vogel:

“Em sua viagem ao Japão em Outubro de 1978, Deng buscou a cooperação japonesa para resistir à expansão Soviética-Vietnamita. Mas ele também sabia que nenhum país, com a possível exceção dos Estados Unidos, poderia ser mais útil nas suas quatro modernizações. O Japão tinha tecnologia moderna e gerenciamento efetivo; tinha lições para a China no que tangia à aceleração do crescimento, expandir a indústria moderna e fazer a transição de uma economia mais regulada para uma mais aberta, se localizava próximo à China e muitos japoneses estavam prontos para serem generosos.” (VOGEL, 2011: p. 294, tradução livre¹⁵).

¹⁴ No original, “If you have an ugly face, it is no use pretending that you are handsome.”

¹⁵ No original, “In his trip to Japan in October 1978, Deng sought Japanese cooperation in resisting Soviet-Vietnamese expansion. But he also knew that no country, with the possible exception of the United States, could be more helpful in its four modernizations. Japan had modern technology and

Além disso, o tratado de paz soviético-vietnamita e a invasão do Camboja pelo Vietnã eram elementos de preocupação conjunta, o que ficou ainda mais evidente na visita de Deng ao Japão em 1979.

“Ele parou em Tóquio pela segunda vez em seis meses, para assegurar-se do apoio japonês para a iminente ação militar e para isolar ainda mais a União Soviética. Para o Primeiro-Ministro Ohira Masayoshi, Deng reiterou a posição de que o Vietnã tinha de ser punido pela invasão do Camboja, e prometeu: “Para sustentar as perspectivas de paz internacional e estabilidade... [o povo chinês] cumprirá firmemente seus deveres internacionalistas e não hesitará em suportar os sacrifícios necessários.” (KISSINGER, 2011: p. 497, tradução livre¹⁶)

Para o Japão, apoiar as modernizações de Deng era fundamental. Do ponto de vista estratégico, significava investir em um ator forte para contrabalançar a União Soviética e ajudar a manter a estabilidade regional. Do ponto de vista político, o sucesso das modernizações garantiria estabilidade interna na China e o fortalecimento de um personagem e de uma facção que já haviam se mostrado favoráveis à manutenção de boas relações com o Japão. E economicamente, significava expandir a rede de subcontratação japonesa aproveitando-se de mão-de-obra barata, desenvolver e abrir um gigantesco mercado potencial para os produtos japoneses e garantir uma fonte adicional de matérias-primas e recursos energéticos – o que se revelaria importante após o segundo choque do petróleo. Além disso, as relações com a China se configuravam como uma alternativa à dependência aos Estados Unidos.

Em 1980, o Japão iniciou o repasse de recursos governamentais para a China (FENG, 2005). Esses recursos eram majoritariamente sob a forma de Auxílio Oficial para o Desenvolvimento (conhecido pela sigla em inglês como ODA¹⁷) e eram

effective management; it had lessons for China in how to accelerate growth, expand modern industry, and make the transition from a more regulated to a more open economy; it was located nearby; and many Japanese were prepared to be generous.

¹⁶No original, “He stopped off in Tokyo for the second time in six months, to assure himself of Japanese support for the imminent military action and to isolate the Soviet Union further. To Prime Minister Masayoshi Ohira, Deng reiterated China’s position that Vietnam had to be “punished” for its invasion of Cambodia, and he pledged: “To uphold the long-term prospects of international peace and stability . . . [the Chinese people] will firmly fulfill our internationalist duties, and will not hesitate to even bear the necessary sacrifices.”

¹⁷ O conceito de ODA foi formulado pela OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico). De acordo com esse conceito, ODA é um recurso financeiro oficial (e, portanto, governamental) destinado a promover o desenvolvimento e a riqueza dos receptores, sob a forma de empréstimos, doações ou cooperação técnica (CHIARELLI, 2009). A agência responsável pelo

direcionados de acordo com os projetos econômicos nacionais chineses, que duravam aproximadamente cinco anos, sendo utilizados principalmente para instalação de plantas industriais e obras de infraestrutura, como rodovias, ferrovias, portos e sistemas de produção e transmissão de energia (FENG, 2005). Entre 1980 e 1989, o total de ODA conferido pelo Japão ao governo chinês foi de cerca de 870 bilhões de ienes, ou aproximadamente quatro bilhões de dólares, colocando o Japão como principal fornecedor deste tipo de auxílio à China (FENG, 2005; BURNS, 2000).

Em 1982, assumiria como premiê japonês Nakasone Yasuhiro. Nakasone ocupa lugar destacado na lista dos primeiros-ministros japoneses por ter assumido maior controle sobre a política externa e defendido a necessidade de aumentar o papel político do Japão na esfera internacional (UEHARA, 2003). Durante seu governo, o Japão aumentou seus gastos em defesa, tanto por meio da transferência de gastos para outros ministérios, através da construção de navios-hospitais, por exemplo (UEHARA, 2003), como através da cooperação militar com os Estados Unidos e a participação no projeto Guerra nas Estrelas. Nakasone conseguiu manter boas relações tanto com a China quanto com os Estados Unidos, o que foi possível graças ao cenário estratégico e a existência de um inimigo em comum – a União Soviética.

Havia, portanto, em ambos os governos, líderes favoráveis à cooperação. A linha reformista do Partido Comunista Chinês, cujas principais figuras eram Deng Xiaoping, Hu Yaobang e Zhao Ziyang percebiam a importância do suporte japonês ao seu projeto de modernização, a necessidade de cooperar com o país para contrabalançar a União Soviética e garantir a estabilidade regional. Nesse contexto, era tolerável que o Japão aumentasse seus gastos em defesa, embora a linha dura do Partido acreditasse que a postura de Hu e Zhao com relação ao Japão era excessivamente branda – um dos fatores que contribuíram para o expurgo de Hu, ao final da década de 1980 (MORI, 2007).

Contudo, algumas polêmicas surgiram. Em 1978, o governo chinês iniciou um período de ajustamento do plano econômico lançado em 1976, que priorizava o desenvolvimento de indústrias pesadas como a siderurgia, passando a priorizar, no curto prazo, a agricultura e as indústrias leves (LEE, 1984). Como parte desse “ajustamento”,

gerenciamento de ODA no Japão é a JICA (Agência Japonesa de Cooperação Internacional), hoje integrante do JBIC.

o governo chinês suspendeu a construção do complexo siderúrgico de Baoshan e, em 1981, cancelou o projeto, oferecendo como argumento a falta de reservas financeiras para cobrir sua parte do projeto, considerado símbolo da cooperação econômica bilateral, atraindo respostas negativas do público japonês em geral (LEE, 1984). Essa revisão das reformas econômicas, no entanto, alinhava a China ao modelo da “revoada dos gansos”, na segunda leva dos “tigres asiáticos”, embora o país fosse muito maior, um “dragão adormecido”.

Outro ponto polêmico eram os aportes de ODA japoneses na China. Se, por um lado, eles pudessem ser considerados de forma positiva pela população chinesa, por auxiliar o país a se modernizar, havia um sentimento de que os pacotes de ODA substituíram as reparações de guerra, às quais o governo chinês havia renunciado em 1972, e não se tratavam de ajuda externa. Reclamava-se também que o Japão estaria “recolonizando” economicamente a China. O governo chinês capitalizou essas manifestações e pressionou os japoneses a aumentar o volume de investimentos externos diretos no país. O resultado foi a assinatura do Pacto de Proteção ao Investimento, no ano de 1988, e o subsequente aumento dos investimentos japoneses no país.

Durante a década de 1980, as questões históricas ressurgiriam perturbariam as relações em algumas oportunidades. Em, 1982, o Ministério da Educação japonês teria requisitado a troca da expressão “agressão” por “avanço” ao se referir à atuação japonesa durante a Segunda Guerra Mundial, o que se provou falso. Em 1985, o primeiro-ministro Nakasone visitou o Santuário Yasukuni¹⁸ de forma oficial¹⁹. Nesses acontecimentos, após os protestos vindos de outros países asiáticos, especialmente China e Coreia do Sul, Nakasone optou por desculpar-se e prometer não repetir as visitas. Em 1987, ainda ocorreria um incidente envolvendo a propriedade de uma república estudantil no Japão, dada pela corte japonesa à Taiwan, o que gerou fortes protestos por parte do governo chinês.

¹⁸ Templo xintoísta em que estão enterrados corpos de soldados japoneses mortos em guerras. Nessa relação, incluem-se 14 condenados como criminosos de guerra “classe A” pelo Tribunal Internacional Militar para o Leste Asiático, incluindo o General Tojo Hideki, um dos líderes do movimento militarista no Japão e primeiro-ministro entre 1941 e 1944.

¹⁹ Nakasone visitou o Santuário Yasukuni em 1983 e 1984, mas de forma privada – utilizando recursos próprios para os artigos cerimoniais e assinando o livro de visitas como indivíduo. Em 1985, ele e seus ministros teriam utilizado recursos estatais e assinado o livro de visitas como ocupantes de cargos oficiais.

Estas polêmicas simbolizavam um fenômeno relevante. O crescimento econômico japonês fizera o país aparecer, durante a década de 1980, como uma potência desafiante aos Estados Unidos. Analistas como Giovanni Arrighi (1996) e Paul Kennedy (1989) expressavam a visão de que o Japão poderia ser o novo hegêmona. Não só no Ocidente, mas também na China, criara-se um sentimento de temor com relação ao Japão, potencializado pelo seu desejo de desempenhar maior papel político e pelo aumento nos gastos com defesa.

Considerações Parciais

Ao longo do período tratado, a relação sino-japonesa volta para o primeiro plano da dinâmica regional. No imediato pós-Guerra, tanto China e Japão estão voltados para dentro, no processo de redefinição de seus projetos nacionais e, posteriormente, em lados opostos, por força das limitações sistêmicas da Guerra Fria.

As alterações na dinâmica entre as superpotências, no início da década de 1970, permitem a aproximação de China e Japão. A formação do triângulo entre China, Japão e Estados Unidos será vital para a contenção da União Soviética e a vitória “ocidental” na Guerra Fria. Por outro lado, esta manobra estratégica enfraquecerá a capacidade estadunidense de controlar a arquitetura regional.

Assim, do ponto de vista político, o Comunicado Conjunto de 1972 e o Tratado de Paz e Amizade de 1978 são os marcos dessa nova fase, cujo conteúdo ético é simbolizado pela cláusula anti-hegemônica – o embrião da ideia de hegemonia coletiva no Leste Asiático. O compromisso mútuo de que não haverá uma hegemonia singular na região e o rechaçamento da ideia de hegemonia por potências extrarregionais reflete o respeito ao princípio da soberania e conduz ao conceito de uma arquitetura regional baseada na estabilização da relação bilateral sino-japonesa e na concertação entre ambos. Do ponto de vista econômico, esse período marcou o início do aprofundamento da interdependência econômica na região, vigente até hoje.

Entretanto, como se vê, tanto na divergência em relação a pontos menores de documentos conjuntos quanto no reavivamento de questões históricas, o ímpeto da aproximação bilateral tem sempre algum tipo de oposição em forças internas aos países. Portanto, é necessário compreender também a correlação interna de forças em cada um dos países, para aferir o curso da relação bilateral se torna imperativo até hoje.

3 O PÓS-GUERRA FRIA: REDEFINIÇÕES E REGIONALISMO

Este capítulo analisa as relações de China e Japão do período que vai desde o incidente na Praça da Paz Celestial em 1989 até o presente, constituindo a segunda metade da seção de resgate histórico da pesquisa. Como no capítulo anterior, a pesquisa não busca fazer um resgate extensivo dos acontecimentos do período, mas sim apontar somente os principais fenômenos para o entendimento da relação bilateral.

Tiananmen é apontado como divisor de águas na análise pelo seu peso simbólico no contexto do final da Guerra Fria. Neste momento inicial, China e Japão adotam uma postura reativa frente à assertividade de um Estados Unidos que se propõe como hegemonia unipolar. Os dois países asiáticos, que possuem laços econômicos e políticos cada vez mais significativos, refutam a interferência ocidental, de modo que após o massacre de Tiananmen, o Japão apóia a China, e toma iniciativas quanto à organização do espaço regional no Leste Asiático, na esteira do que Huntington chama de “afirmação asiática”.

A década de 1990 foi palco de uma sequência de transformações regionais: a Associação dos Países do Sudeste Asiático incluiu novos membros, atingiu sua maturidade e deixou de ser uma mera associação anti-comunista com o fim de legitimar governos frágeis para se tornar uma organização basilar do projeto de multilateralismo no Leste Asiático; a criação do Fórum Regional da ASEAN e, posteriormente dos encontros do ASEAN+3 (com China, Japão e Coreia do Sul) refletem a necessidade de mecanismos de governança regional. O fim da Guerra Fria, portanto, coloca a oportunidade para que Japão e China dividam os custos dos seus problemas comuns através de um arranjo político.

Entretanto, alguns obstáculos para a estabilidade das relações bilaterais surgem com bastante força. As diferenças de desempenho econômico fizeram ressurgir o ultranacionalismo na China e no Japão. Visto que toda tentativa de aproximação é considerada uma ameaça à soberania pelos setores conservadores de cada país, vemos como certos pontos da política externa são facilmente trazidos para o primeiro plano, instrumentalizados com o objetivo de emperrar a concertação bilateral. A relação com os Estados Unidos ainda é ponto-chave da segurança do Japão, mas os japoneses estão cada vez mais dispostos a cuidar de sua própria segurança, o que fica claro através do debate acerca da retirada das bases militares estadunidenses de Okinawa e do aumento das capacidades militares japonesas durante esse período.

3.1 O Fim da Guerra Fria na Ásia: Tiananmen e a “Derrota Japonesa” no Golfo

No começo de Junho de 1989, ocorreria o chamado Incidente da Praça da Paz Celestial (Tiananmen), em que o governo chinês, por pressão da linha dura do Partido Comunista Chinês, reprimira as manifestações que ocorriam em Pequim desde Abril do mesmo ano (CARLETTI, 2008). Os acontecimentos de Junho de 1989 haviam gerado o fortalecimento de figuras da linha dura do Partido Comunista como Li Peng e levado à reconfiguração do Politburo, com o expurgo de Zhao Ziyang. (KISSINGER, 2011; MEZZETTI, 1999; CARLETTI, 2008).

Tiananmen é possivelmente o maior símbolo do final da Guerra Fria no Leste Asiático. Após o final da Guerra Fria, os Estados Unidos perderam as razões para apoiar ou tolerar regimes que o seu público interno considerasse “autoritários”, destacando-se as pressões anticomunistas e pró-direitos humanos. Visentini (2012) define esse período da seguinte maneira:

“No final dos anos 1980, com a convergência soviético-americana da *Perestroika*, os Estados Unidos passam a se desinteressar pela aliança político-estratégica com a China e pela heterodoxia dos modelos de desenvolvimento dos Tigres e do Dragão, até então elogiados. Encerra-se a fase em que as concessões econômicas eram compensadas pelos ganhos político-militares. O desenvolvimento da Ásia Oriental passa a ser visto por Washington como um incômodo e deveria ser desarticulado, invertendo-se os fluxos econômicos trans-pacíficos, pois a América necessitava gerar superávits comerciais. Daí as pressões pela democratização da Coreia, Taiwan, China e abertura do Japão, que são processos simultâneos (VISENTINI, 2012: p. 69).

A China passou por um período de isolamento diplomático, sofrendo sanções econômicas e de vendas de armas e condenações políticas de organizações internacionais, particularmente por parte do G7²⁰. Além disso, a economia havia dado alguns tropeços, como a inflação no final da década de 1980 e a redução no ritmo de crescimento econômico. O conservadorismo, nesse caso, os “esquerdistas”, como costumava chamar Deng Xiaoping, ganhavam força. Afinal, foi o período em que Jiang Zemin e Li Peng ascenderam à condição de líderes do governo chinês. O temor de que as reformas fossem comprometidas levou Deng a adotar a tática de Mao: sair de Pequim

²⁰ À época, chamado de “grupo das sete democracias mais industrializadas do mundo” e composto por Estados Unidos da América, Japão, Alemanha, Canadá, França, Itália e Reino Unido.

e buscar apoio a seu projeto em outros centros. A “jornada sulista” produziu efeitos e o Congresso do PCCh de 1992 aprofundou a liberalização e instituiu o modelo da “economia socialista de mercado”.

Concomitantemente, a chamada “Revolução nos Assuntos Militares”, estrela da Guerra do Golfo, colocava o mundo – e particularmente, os chineses – em alerta. A tamanha facilidade com que a coalizão liderada pelos Estados Unidos derrotara o Iraque e protegera o Kuwait era o “cartão de visita” militar da “era da unipolaridade”, acompanhado do discurso do “Fim da História”, com a previsão de que só restara um modelo político – a democracia liberal – e um modelo econômico – o capitalismo. Mesmo que a China não apoiasse Saddam Hussein, ela percebera a Guerra do Golfo como uma expressão de hegemonia pelos norte-americanos. O poderio demonstrado no combate aos iraquianos colocou a sua elite política em alerta. Além disso, as sanções impostas ao país e a imagem internacional chinesa após o incidente de Tiananmen, bem como a postura norte-americana ao longo da década de 1990 levaria o governo chinês – à época sob a linha dura – a adotar uma postura hostil com relação ao “Ocidente”, e particularmente com relação aos Estados Unidos.

Diante do cenário externo do pós-Guerra Fria, a China percebia que sua modernização estava incompleta e necessitava de um ambiente externo favorável para completar esse processo (ZHANG, 2002). Isso explica a postura de “perfil baixo” (YONG, 2008) adotada pelo país na década de 1990 e o discurso de “evolução pacífica”. Percebia também, contudo, que o ambiente aparentemente unipolar não se sustentaria por muito tempo, e o país precisaria estar pronto para esse novo cenário. De acordo com as palavras do então ministro chinês dos Assuntos Exteriores, Qian Qichen,

“Nós acreditamos que é impossível que um mundo unipolar venha a existir. Algumas pessoas parecem acreditar que depois do fim da Guerra do Golfo e da Guerra Fria os Estados Unidos podem fazer tudo. Não acho que esse pensamento seja correto... No mundo Muçulmano há mais de um bilhão de pessoas. A China tem uma população de 1,1 bilhão. A população do Sudeste Asiático é superior a um bilhão. A população da China é maior do que a dos Estados Unidos, da União Soviética, da Europa e do Japão combinados.

Então, ainda é um mundo diverso.” (QIAN, 1991 apud KISSINGER, 2011: p. 622, Tradução livre²¹)

No final da década de 1980, o Ocidente passara a ver o Japão como uma ameaça. Mesmo em períodos anteriores, havia um criticismo acentuado quanto ao protecionismo do país e o final da Guerra Fria permitiu que essas questões viessem à tona. Apesar da sequência de choques econômicos no final da década de 1980 e a estagnação no crescimento do PIB, o iene valorizado permitiu a expansão dos investimentos externos diretos japoneses.

Para os japoneses, a Guerra do Golfo foi desastrosa. Embora tenha sido o maior contribuinte financeiro individual, com 13 bilhões de dólares – aproximadamente 20% do custo da guerra para os aliados (NAKANISHI, 2011) –, o país ficou marcado pela resposta, considerada lenta e insuficiente, aos esforços da coalizão liderada pelos Estados Unidos contra o Iraque. Em última instância, o país foi visto como um “aproveitador” dos esforços aliados no Oriente Médio, de cujo petróleo era altamente dependente.

O “choque iraquiano” foi o indicador da incapacidade da política japonesa de oferecer respostas rápidas e de sua natureza reativa. Em 1992, seria aprovada uma lei regulamentando a participação das Forças de Auto-Defesa do Japão em Operações de Manutenção de Paz da ONU e o país mandaria forças para o Camboja, mas a “derrota japonesa” já era irreversível.

O sistema do “triângulo de ferro” se mostrava sem capacidades de dar respostas rápidas e de repensar o papel do país diante dos novos desafios impostos ao Japão no período pós-Guerra Fria. A consequência disso foi que a política japonesa entrou num período bastante volátil. Políticos importantes como o ex-primeiro ministro Kaifu Toshiki, o ex-secretário-geral do PLD, Ozawa Ichiro, Hatoyama Yukio e Kan Naoto saíram do PLD, para fundar novos partidos. Estes partidos compuseram, em 1993, o gabinete anti-PLD, quando, pela primeira vez em quase 50 anos o PLD perdeu o cargo de primeiro-ministro. Ozawa, Hatoyama e Kan mais tarde seriam elementos-chave do Partido Democrático do Japão.

²¹ No original: “We believe it is impossible that such a unipolar world would come into existence. Some people seem to believe that after the end of the Gulf War and the Cold War, the U.S. can do anything. I don’t think that is correct... In the Muslim world there are over 1 billion people. China has a population of 1.1 billion. The population of South Asia is over 1 billion. The population of China is more than the populations of the U.S., the Soviet Union, Europe and Japan combined. So it is still a diverse world.”

Surgiram também novos pensamentos quanto à posição do Japão no sistema internacional. Destacam-se aí duas tendências: uma defendia a revisão da atuação militar do Japão, com promoção da segurança coletiva e de contribuição com a ONU, com uma postura mais cooperativa com relação aos vizinhos – incluindo a China e a Coreia do Sul – e envisionava o país como um dos líderes de uma nova ordem regional asiática, mais autônoma perante os Estados Unidos. O livro “Projeto para um novo Japão: o repensamento de uma nação²²”, de Ozawa Ichiro foi um dos símbolos desse conjunto de idéias. Este político foi também uma das figuras mais importantes da oposição ao PLD a partir da década de 1990. A outra posição era confrontacionista, que via os Estados Unidos e a China como inimigos e defendia o rearmamento do Japão como forma de balançar o poderio militar dos vizinhos, como também a utilização dos meios econômicos de forma mais agressiva, simbolizada pelo livro “O Japão que pode dizer não²³” de Ishihara Shintaro, lançado em 1989.

O surgimento de posições autônomas, e mesmo hostis, com relação aos Estados Unidos e ao Ocidente está relacionado também com o que Huntington (1997) chama de “afirmação asiática”. Esse fenômeno se caracteriza pela compreensão dos asiáticos – particularmente os orientais – de que o seu desempenho econômico superará o do Ocidente, aumentando sua autoconfiança e promovendo seus próprios valores e ideias. Foi nesse contexto que surgiu a proposta do Primeiro-Ministro da Malásia, Mahathir Bin Mohamad, de criar o Fórum Econômico do Leste Asiático, que era, na prática, um ASEAN+3, excluindo potências regionais e que visava opor-se à APEC.

De fato, o fim da Guerra Fria e os choques com os Estados Unidos motivaram o Japão a incentivar a criação de instituições regionais. Isso explica porque o país apoiou a criação da APEC e foi o mentor do Fórum Regional da ASEAN, em 1994, cujo objetivo era promover a construção de confiança na área securitária no Leste Asiático. Todavia, apesar de sua inclinação asiática, o país tomou o cuidado de não isolar os Estados Unidos e atrair sua oposição e, por essa razão, rejeitou a proposta de Mahathir.

²² Tradução livre. No original, “Nihon Kaizō Keikaku”, e em inglês, “Blueprint for a new Japan: the rethinking of a nation”.

²³ Tradução livre. No original, “‘No’ to Ieru Nihon”, e em inglês, “The Japan that can say ‘no’”.

3.2 As Relações Bilaterais na Década de 1990: Altos e Baixos (1989-2001)

No pós-Guerra Fria, até aquele momento, as relações bilaterais entre China e Japão tinham poucas tensões. Politicamente, houveram intercâmbios de alto nível, destacando-se troca de visitas entre os chefes de estado em 1992. A política de “portas abertas” e da “economia socialista de mercado” e a manutenção da estabilidade política favoreceram o aumento das relações econômicas nesse período. No período em que o PLD ficou fora do poder, dois primeiros-ministros japoneses (Hosokawa e Murayama) buscaram reconciliar os dois países com relação aos assuntos históricos.

Embora a imagem do governo chinês tivesse se deteriorado no Japão na sequência ao Incidente de Tiananmen, o Japão adotou uma postura de conciliação. O Japão tinha fortes interesses econômicos na China, estava preocupado com a manutenção da ordem e da estabilidade política e tinha até algum constrangimento em protestar contra qualquer abuso de direitos humanos – graças às lembranças da Segunda Guerra. Embora tenha aderido às sanções aplicadas à China por pressão dos seus aliados ocidentais, suspendeu-as no ano seguinte, e liderou o lobby para “reintegrar” a China ao sistema internacional. O então primeiro-ministro Kaifu Toshimi chegou a afirmar durante uma reunião do G-7 que

“Vestuário e comida são a base e o ponto de partida dos direitos humanos. É um enorme progresso que a China possa resolver seus problemas de vestuário, comida, moradia e transportes (Yi shi zhu Xing). Cada país tem a sua própria formação cultural, e forasteiros não estão em posição de julgar outros com os seus próprios padrões²⁴” (KAIFU apud DENG, 1997, p. 381, tradução livre).

Como efeito prático, foi retomado o programa de Auxílio Oficial para o Desenvolvimento (ODA) e os contatos de alto nível em 1991, com a visita do Primeiro-Ministro Japonês Kaifu à Pequim. Além disso, o Japão tomou a iniciativa de intermediar a entrada da China na APEC, em 1991. No ano seguinte, o Imperador Akihito e a Imperatriz Michiko visitaram Pequim, e no mesmo ano, o Presidente Jiang Zemin visitou Tóquio. Era a primeira vez em toda a história que os chefes de estado de ambos os países visitavam o outro.

²⁴ Na versão de Deng (1997), "Clothing and food are the basis and starting point of human rights. It is an enormous progress that China can solve its problems of clothing, food, housing, and transportation (Yi shi zhu xing). Each country has its own cultural background, and outsiders are not in a position to judge others with their own standards".

Para os chineses, o objetivo fundamental de curto prazo na política externa era suspender as sanções, embora, nesse meio tempo, o país tenha sido bem-sucedido em restabelecer relações diplomáticas com países do Sudeste Asiático como a Indonésia. Isso diminuiu o efeito das sanções, mas mantinha a necessidade de melhorar as relações com as nações mais industrializadas, particularmente o Japão, de onde vinha a maior parte da cooperação técnica e financeira para o país.

3.3 A Tese da “Ameaça Chinesa” e a Reaproximação Entre Japão e Estados Unidos

Em 1995, começava a ser cada vez mais notável a discrepância entre os desempenhos econômicos de China e Japão. Enquanto a economia chinesa crescia a uma taxa média de dois dígitos desde a década de 1980, o Japão havia passado por uma série de choques e entrado em uma fase de estagnação econômica. Parte dos japoneses passara a ver a China como um competidor, gerando debates quanto ao provimento de ODA ao vizinho. Os investimentos chineses na área de defesa, que cresciam a altas taxas desde o final da década de 1980, também chamaram a atenção dos tomadores de decisão no Japão (DRIFTE, 2005). Surgia a tese da “ameaça chinesa”. Contribuíram para endossar essa percepção, a tentativa de Pequim de influenciar a eleição de Taiwan ao realizar exercícios militares próximos ao estreito de Taiwan, os testes nucleares entre 1995 e 1996, a postura mais dura quanto às reivindicações territoriais no Mar do Sul da China e a crise envolvendo as Ilhas Senkaku/Diaoyu.

É necessário lembrar também que a atitude chinesa não foi gratuita. Embora o governo Clinton tenha se absterido de usar a questão comercial para pressionar a China, agiu em outras frentes. Como argumenta Huntington (1997, p. 280):

“Os Estados Unidos permitiram que o presidente Lee, de Taiwan, fosse aos Estados Unidos, venderam 150 F-16 para Taiwan, designaram o Tibete um “território soberano ocupado”, condenaram a China por seus abusos contra os direitos humanos, negaram a Pequim as Olimpíadas do ano 2000, normalizaram suas relações com o Vietnã, acusaram a China de exportar componentes de armas químicas para o Irã, impuseram sanções comerciais à China pela venda de equipamento para mísseis para o Paquistão e ameaçaram a China com sanções adicionais em função de questões econômicas e, ao mesmo tempo, barraram a admissão da China na Organização Mundial do Comércio”.

O Japão, por sua vez, havia se reaproximado estrategicamente dos Estados Unidos e em documentos conjuntos esses países lançaram mensagens dúbias sobre a sua atitude com relação à China. A relação de americanos e japoneses com Taipei também incomodava os chineses. Todas essas questões contribuíram para uma percepção de cercamento da China. A resposta chinesa foi a aproximação com a Rússia e a Ásia Central, através do estabelecimento, em 1996, dos Cinco de Xangai, embrião da Organização para a Cooperação de Xangai.

Ao mesmo tempo, o nacionalismo consolidava o seu apelo na China. Acompanhado da modernização econômica e militar conspiravam para uma postura mais assertiva do país nas relações internacionais. Reflexo desse fenômeno foi a publicação, em 1997, do livro “A China que pode dizer não”, uma coletânea de artigos relacionados ao papel da China no mundo e ao seu relacionamento com outros países, especialmente o Japão e os Estados Unidos.

Assim, o biênio 1995-1996 foi caracterizado pelo surgimento ou ressurgimento de algumas fontes de tensão entre China e Japão: (1) os documentos e comunicados conjuntos publicados por Japão e Estados Unidos; (2) os testes nucleares realizados pela China entre 1995 e 1996 e a resposta japonesa; (3) a crise no estreito de Taiwan, entre 1995 e 1996 e (4) as disputas territoriais no Mar do Leste da China (ilhas Senkaku/Diaoyu) e no Mar do Sul da China (ilhas Spratly e Paracel).

O final da Guerra Fria, e acontecimentos como a “derrota japonesa no Golfo”, o fracasso nas negociações na península coreana e o crescimento da China levaram o Japão a rever a sua política de segurança durante a década de 1990. Por um lado, o país tomou a iniciativa de incluir a China em iniciativas multilaterais como a APEC e o Fórum Regional da ASEAN, visando aproximar a China para compartilhar os custos de segurança, construir confiança e garantir a estabilidade regional (CALDER & FUKUYAMA, 2012). Por outro lado, reviu os documentos basilares da sua política de segurança e acabou por se reaproximar estrategicamente dos Estados Unidos.

Em 1994, foi lançado o “Relatório Higuchi”, que enfatizava a necessidade de aumentar as capacidades autônomas de defesa do Japão e o multilateralismo como medida de diplomacia preventiva, embora advogasse a centralidade dos Estados Unidos nesse processo (ADVISORY, 1994). Como resposta, em 1995, os norte-americanos lançaram o “Relatório Nye”, elaborado pelo Secretário Assistente de Defesa, Joseph

Nye. Este documento defendia a manutenção de 100.000 tropas norte-americanas na região e reafirmava a aliança Japão-Estados Unidos como base da política de segurança norte-americana na região (FUNABASHI, 1999).

No final de 1995, a Agência Japonesa de Defesa lançou a revisão das Linhas Gerais do Programa de Defesa Nacional (NDPO²⁵). Embora contivesse provisões do relatório Higuchi, ele era muito mais alinhado ao “Relatório Nye”, dando maior importância ao papel da aliança com os Estados Unidos para a segurança do Japão e para a “paz e a estabilidade nas regiões circundantes [ao Japão]”.

Em abril de 1996, um mês após a eleição em Taiwan, Japão e Estados Unidos lançaram um comunicado conjunto, que refletia os conteúdos dos dois documentos e planejava uma revisão das diretrizes para a cooperação bilateral em defesa. (FUNABASHI, 1999). Em 1997, foi lançada a revisão das Diretrizes de Cooperação em Defesa entre Japão e Estados Unidos, que propôs o modo de operação que confirmou as ideias contidas no NDPO, no “Relatório Nye” e no Comunicado Conjunto de 1996.

Os termos da redefinição da aliança entre Japão e Estados Unidos, somado ao fato de que os documentos haviam sido elaborados de modo coordenado com a participação de outras capitais como Seul e Manila levaram a China a perceber-se cercada por uma estratégia de contenção (FUNABASHI, 1999; XU, 1998). O que mais preocupava os chineses era a questão do escopo das operações conjuntas, expandido para além da segurança do território japonês, cobrindo “áreas ao redor do Japão²⁶”, aproximando-se do conceito de defesa avançada.

Os testes nucleares chineses e a politização da ODA

No período entre Maio de 1995 e Setembro de 1996, a China realizou quatro testes nucleares. Outros testes haviam ocorrido em anos anteriores, mas a resposta japonesa restringira-se ao campo do discurso.

²⁵ A partir do nome em inglês, National Defense Program Outline.

²⁶ Houve divergência no governo japonês quanto à aplicação do conceito a Taiwan. Enquanto o Secretário-Geral do PLD tentava ser conciliador, respondendo que essa era uma classificação “situacional”, e não geográfica, buscando não confrontar os chineses, o chefe do gabinete do primeiro-ministro respondera que o conceito abrangia Taiwan.

O primeiro teste da série ocorreu em 15 de Maio de 1995, três dias após o encerramento da Conferência de Revisão do Tratado de Não-Proliferação Nuclear e dez dias após o fim visita do primeiro-ministro Murayama Tomiichi, na qual ele pediu aos líderes chineses para que desistissem dos testes nucleares (DRIFTE, 2005). Além de repudiar o teste, o governo japonês cortou o repasse de ODA na modalidade de doações à China até o ano de 1997.

O segundo teste, em agosto do mesmo ano, ocorreu duas semanas após o discurso de Murayama, por ocasião dos 50 anos do fim da Segunda Guerra Mundial, reconhecendo a culpa pela guerra de “agressão” e expressando “remorso” pelas atitudes japonesas (MURAYAMA, 1995). Dessa vez, a reação se deu através da suspensão do fornecimento de ODA em formato de doações indefinidamente.

Para os chineses, a reação era desproporcional e hipócrita, uma vez que o Japão era protegido por um “guarda-chuva nuclear” operado pelos Estados Unidos. Além disso, havia a questão da politização da ODA, de modo que o Japão estava tentando interferir em questões supostamente internas utilizando-se de “meios de pagamento”. Outros dois testes ocorreriam em Junho e Julho do ano seguinte, contribuindo para as tensões.

Disputas territoriais no Mar do Leste da China e no Mar do Sul da China

Em 1994, havia sido instituído o Fórum Regional da ASEAN. Nesse fórum, a China havia afirmado que se absteria de utilizar a força para resolver disputas territoriais na região, mas acabou ocupando e construindo um posto avançado em *Mischief Reef*, um recife próximo à costa das Filipinas e integrante do arquipélago Spratly, também reclamado por outros países da região (KANTER, MAGNO et al, 2012). Entre os possíveis motivos para a ação chinesa enumera-se o temor de uma cooperação estratégica entre Filipinas e Vietnã e a atuação de uma subsidiária petrolífera norte-americana na região em disputa, sob permissão das Filipinas (DZUREK & SCHOFIELD, 1996).

Nesse contexto, embarcações chinesas foram vistas nas imediações do arquipélago Senkaku/Diaoyu no final de 1995, o que gerou o temor de que a China poderia tentar tomar as ilhas. O Japão então estabeleceu unilateralmente uma Zona Econômica Exclusiva ao redor das ilhas em Junho de 1996. A partir daí, aumentou o

número de incidentes envolvendo o aparecimento de embarcações chinesas e um grupo da extrema-direita japonesa instalou um farol em uma das ilhas. As tensões culminaram em um incidente em Setembro de 1996, quando um político de Hong Kong morreu afogado, após sua embarcação ser impedida de desembarcar em uma das ilhas, acirrando sentimentos nacionalistas na China (GLOBAL SECURITY, 2012b).

A terceira crise do estreito de Taiwan (1995-96)

Em Taiwan, o líder do Kuomintang e presidente do governo da ilha era Lee Teng-Hui. Ao contrário de Chiang Kai-shek e dos que tinham fugido do continente após a revolução de 1949, ele era nativo da ilha e tinha uma enorme identificação com o Japão. Na percepção de Kissinger,

“Lee encarnava tudo o que Pequim detestava em uma autoridade Taiwanesa. Ele tinha crescido durante a colonização japonesa de Taiwan, adotou um nome japonês, estudou no Japão e serviu ao Exército Imperial Japonês durante a Segunda Guerra Mundial. Depois, ele recebeu educação superior nos Estados Unidos, na Universidade de Cornell. Diferentemente da maioria das autoridades do Partido Nacionalista, Lee era um Taiwanês nativo; ele não se constrangia em se classificar como ‘um Taiwanês, em primeiro lugar, e um Chinês, em segundo lugar,’ e era um orgulhoso e insistente defensor das instituições distintas e da experiência histórica de Taiwan.” (KISSINGER, 2011: p. 632-633, Tradução livre)²⁷

A postura de Lee era uma ameaça a um dos objetivos primordiais da política externa chinesa – a reunificação do seu território. Enquanto a ala de Chiang Kai-Shek dominava o governo da ilha, a noção de “reincorporar Taiwan em 100 anos” era sustentável, uma vez que o objetivo de Chiang também era reunificar a China e havia adotado uma postura política de baixo perfil. Entretanto, o “nativo” Lee havia adotado uma política mais “pragmática”, isto é, o reconhecimento de duas entidades políticas dentro de uma China (DORNELLES JR., 2007), o que aumentou o perfil da diplomacia taiwanesa e de suas relações com Japão e Estados Unidos, mas também aumentou as tensões com a China. Como agravante, as características de Lee, sua política de

²⁷ No original: “Lee incarnated everything Beijing detested in a Taiwanese official. He had grown up during the Japanese colonization of Taiwan, taken a Japanese name, studied in Japan, and served in the Imperial Japanese Army during World War II. Later he had received advanced education in the United States, at Cornell University. Unlike most Nationalist Party officials, Lee was a native Taiwanese; he was outspoken about regarding himself as ‘a Taiwan person first and a Chinese person second,’ and was a proud and insistent proponent of Taiwan’s distinct institutions and historical experience.”

redemocratização e a instituição de eleições presidenciais atraíram muitos simpatizantes entre os anti-comunistas, anti-Pequim e favoráveis à independência de Taiwan, no Japão e nos Estados Unidos (TOGO, 2005).

Dessa forma, a China manifestava preocupação com as tendências independentistas de Lee e buscou influenciar o processo eleitoral em Taiwan – e testar até que ponto iriam os Estados Unidos e o Japão para defender Taiwan – por meio de exercícios militares no estreito de Taiwan em março de 1996 (DORNELLES JR., 2007). Embora não tenha impedido a eleição de Lee Teng-Hui para presidente, a atitude deu resultado, uma vez que o Kuomintang perdeu espaço na Assembléia Nacional. Isso gerou uma resposta por parte dos Estados Unidos, que enviou o porta-aviões USS Nimitz para atravessar o estreito, demonstrando não excluir a possibilidade de uso da força para a defesa da ilha. Internamente, o resultado foi a aproximação de Jiang Zemin e dos militares e maior autonomia para Jiang no campo da política externa (HUGHES, 2010).

Reaproximação e aprofundamento do multilateralismo no Leste Asiático (1996-2001)

Ainda em 1996, Hashimoto Ryutaro, conhecido por sua postura pró-China e autonomista, tornou-se primeiro-ministro japonês, reconduzindo o PLD ao cargo. No final de 1996, ele se encontrou com Jiang Zemin em Manila, afirmando que as relações entre Japão e China estavam no mesmo nível das relações entre Japão e Estados Unidos, o que gerou uma atmosfera positiva nas relações (ZHANGb in VOGEL, YUAN & TANAKA, 2005). Outro ponto relevante foi a “política eurásiana”, que propunha uma reaproximação com a Rússia, a China e os países da “rota da seda” (HASHIMOTO, 1997).

Em 1997, após uma série de ataques especulativos, nomeadamente fuga de capitais, o governo tailandês flexibilizou o Baht tailandês, o que gerou uma enorme desvalorização da moeda e crise no setor bancário. O pânico financeiro fez com que a crise se alastrasse para as economias da região, gerando consequências sociais e políticas. Ao fazer uma análise mais ampla da crise, Visentini (2012) afirma

“Subtraindo as explicações puramente técnicas, é interessante observar que a questão central é o contingenciamento do crescimento asiático de forma a impedir a afirmação de um pólo competidor, a Ásia, e de uma virtual nova potência global, a China. O fenômeno da fuga de capitais pode ser induzido de distintas maneiras, e não ocorre sem que haja uma linha estratégica

definida. Os próprios asiáticos tem demonstrado que o alvo da crise é o seu desenvolvimento industrial e tecnológico autônomo.” (VISENTINI, 2012: p. 93).

No que tange às relações entre China e Japão, a crise asiática gerou pelo menos duas conseqüências. A primeira foi realçar a percepção sobre a diferença de desempenho econômico entre os dois países. O Japão foi abalado principalmente devido ao enorme volume de investimentos externos e à interdependência produtiva com os países da região. A China, por sua vez, foi pouco afetada e manteve um excelente ritmo de crescimento, muito graças à regulação dos seus mercados financeiros, no modelo do socialismo de mercado. Ainda assim, a partir desse período, o governo chinês, liderado pelo premiê Zhu Rongji, eliminou empresas estatais consideradas ineficientes e deficitárias, com o objetivo de abrir espaço para as empresas privadas, reduzir os laços entre as elites econômicas e políticas e diminuir a corrupção (CARLETTI, 2008).

A segunda consequência se deu no âmbito regional. O forte impacto da crise e a percepção de que ela ocorrera pela vulnerabilidade externa dos países acompanhada pela interdependência econômica entre eles fortaleceu a necessidade de uma solução conjunta, especialmente pela resistência do FMI e dos Estados Unidos em prestar socorro. Nesse contexto, o Japão lançou a ideia do Fundo Monetário Asiático, que seria um fundo de suporte às economias da região que estivessem em crise, mais flexível que o FMI e sem a presença dos Estados Unidos. O projeto não foi adiante, em grande parte pela recusa chinesa, sob a alegação de dificuldades burocráticas, embora possa se argumentar que os chineses julgavam que poderiam ser “engolidos” por um relacionamento multilateral mais profundo (BROCHIER, 2009; KUIK In CALDER & FUKUYAMA, 2012). O Japão forneceu suporte econômico de curto prazo para as economias da região. Ainda assim, a crise ensejou o surgimento do fórum ASEAN Mais Três (ASEAN+3), composto pelos países da ASEAN, Japão, China e Coreia do Sul, o que originou a cooperação entre estes três países.

Ao mesmo tempo, a China se reaproximava dos Estados Unidos. Bill Clinton e Jiang Zemin trocaram visitas no ano de 1998. Ambos criticaram o Japão por seu papel na crise, ao desvalorizar o iene, enquanto a China foi elogiada por manter o câmbio fixo do Renminbi (TAKAHARA In VOGEL, YUAN & TANAKA, 2002). Clinton, aliás, visitou a China e não visitou o Japão, o que gerou a percepção de que se estaria tentando reduzir a importância do país e isolá-lo, possivelmente como uma

resposta à iniciativa do Japão em isolar os norte-americanos do Fundo Monetário Asiático.

Apesar desse cenário, China e Japão mantiveram boas relações. Em 1998, Jiang Zemin visitaria o Japão. Os resultados dessa visita foram positivos, com a adoção da Declaração Conjunta entre Japão e China para construir uma Parceria de Amizade e Cooperação, considerado o terceiro principal documento basilar das relações, que estabelecia 33 pontos para aprofundar a cooperação entre os dois países. Entre esses pontos, reafirmaram a cláusula anti-hegemônica, ao declarar que:

“Ambas as partes reiteram que a política fundamental inabalável dos dois países é manter a paz nesta região e promover seu desenvolvimento, e que eles não buscarão hegemonia na região Asiática e resolverão todas as disputas por meios pacíficos, sem recorrer ao uso ou ameaça da força (JAPAN-CHINA, 1998, tradução livre²⁸)”.

Outro resultado da conferência foi que o Japão concordou em prover empréstimos na forma de ODA à China, no valor de 390 bilhões de ienes – aproximadamente quatro bilhões de dólares – para 28 projetos, como parte do quarto pacote de empréstimos ao país. O ponto negativo foi a queixa do presidente chinês Jiang Zemin sobre questões históricas²⁹, que colocou esse ponto como empecilho para a formulação da Declaração Conjunta (SATO, 2001).

Em 1999, a integração regional na Ásia ganharia novos impulsos. Primeiramente, foi adotada a “Declaração Conjunta sobre Cooperação na Ásia Oriental”, propondo a inclusão de temas securitários como objeto de cooperação. Além disso, pela primeira vez, China, Japão e Coreia do Sul participariam de um encontro separado, à margem da reunião da ASEAN+3 e ainda nesse ano, ocorreria o primeiro fórum de Ministros das Finanças do ASEAN+3.

Nesse período, a China passaria a considerar de forma positiva os fóruns regionais. Primeiramente, como forma de contrabalançar a presença norte-americana no

²⁸ No original, “Both sides reiterate that it is the unshakable fundamental policy of the two countries to maintain the peace of this region and to promote its development, and that they will not seek hegemony in the Asian region and settle all disputes by peaceful means, without recourse to the use or threat of force.”

²⁹ Jiang queixou-se de que o Japão não havia pedido desculpas à China pelos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, da mesma forma que havia feito com o presidente sul-coreano, Kim Dae Jung, pouco tempo antes. Como agravante, o presidente chinês repetiu a reclamação e insistiu na questão histórica diante do imperador, o que incomodou de modo particular os mais conservadores.

Leste Asiático, especialmente após o bombardeio da embaixada chinesa em Belgrado pela OTAN e o advento do programa Theater Defense Missile no Leste Asiático, com a adesão do Japão. Engajar-se de forma pró-ativa nos fóruns regionais auxiliaria na construção de confiança e na diminuição da percepção de “ameaça chinesa”.

O país também percebia que para garantir a continuidade do seu desenvolvimento, precisaria aprofundar a integração ao mercado mundial e nesse contexto, a entrada na OMC fazia-se primordial. Para tanto, era necessário obter o apoio dos principais países da organização, como o Japão, que, por sua vez, foi um dos principais defensores do ingresso chinês na organização.

Nesse contexto, em 2000, foi lançada a Iniciativa de Chiang Mai, que se tornaria a base da cooperação financeira regional. A Iniciativa propunha o estabelecimento de uma rede constituída por acordos de permutas cambiais bilaterais entre os países da ASEAN e China, Japão e Coreia do Sul, que serviriam como um fundo de resgate flexível para economias em crise. Era, em suma, a realização do Fundo Monetário Asiático *de facto*, mas pela via do regionalismo “teia de aranha”³⁰.

O ASEAN+3 era a realização do Fórum Econômico do Leste Asiático proposto pelo Primeiro-Ministro da Malásia, Mahatir, em 1990. A percepção da crise asiática como resultado de uma estratégia de contenção do modelo de desenvolvimento regional tornou possível a expressão máxima da “afirmação asiática” (HUNTINGTON, 1997: p. 126-134) na década de 1990 e da busca por soluções regionais dentro do Leste Asiático.

3.4 Tensão Política e Interdependência Econômica (2001-2006)

Da contenção da China à Guerra ao Terror

Ao assumir a presidência dos Estados Unidos, em 2001, George H. W. Bush adotou uma política externa diferenciada do seu antecessor, particularmente no que se refere ao Leste Asiático. Embora a contenção da China fosse um traço do governo Clinton, ela era menos explícita e as relações com a Coreia do Norte haviam melhorado consideravelmente (BRITES, 2011). Bush buscava uma política de confrontação com a China, exemplificada pela postura após o incidente na ilha de Hainan, em que um avião norte-americano de coleta de dados se chocou com um caça J-8 chinês.

³⁰ O regionalismo “teia-de-aranha” é a ideia de que laços regionais multilaterais podem ser formados a partir de uma rede de laços bilaterais.

Contudo, os ataques de 11 de setembro de 2001 alteraram significativamente a política global norte-americana. Diante do combate ao terrorismo e do estabelecimento do “Eixo do Mal”, era necessário compartilhar os custos de segurança. Por essa razão, o país aproximou-se de Rússia e China, mas também do Japão. A posição de “vítima” deu aos Estados Unidos a oportunidade de estabelecer um novo arranjo estratégico que o mantivesse como líder político global. No entanto, o governo norte-americano optou por proclamar a “Doutrina Bush”, colocando os aliados “contra a parede”, num tom de “você está conosco, ou contra nós” (BRIGAGÃO, 2011).

As reformas de Koizumi: Neoliberalismo e competição

Nesse contexto, o Japão elegera um novo primeiro-ministro, caracterizado por um estilo assertivo. Koizumi Junichiro contava com o apoio do “baixo clero” do PLD. Sua plataforma consistia em reformas estruturais na política e na economia, revertendo os principais pilares que caracterizaram o sistema do Triângulo de Ferro e da Doutrina Yoshida. Koizumi queria acabar com as disputas faccionais e reduzir o papel do empresariado e da burocracia no governo, aumentando a capacidade decisória do primeiro-ministro. No campo econômico, pretendia diminuir a participação do Estado, através da privatização de empresas estatais, da flexibilização do mercado de trabalho e da redução de impostos e do crédito público para empresas privadas e consumidores, em última instância, acabando com o modelo de bem-estar e estabilidade empregatícia (SAKAI, 2006).

Desta forma, Koizumi pretendia tornar a economia japonesa mais competitiva através da competição direta contra economias exportadoras de manufaturas, particularmente China e Coreia do Sul e mudar o foco das relações econômicas japonesas da Ásia para os Estados Unidos. Do ponto de vista estratégico, alinou-se incondicionalmente aos Estados Unidos, a partir da “Doutrina Bush”, participando da Guerra do Afeganistão e do Iraque, contribuindo com missões de reabastecimento no Oceano Índico e participação das forças de auto-defesa. Além disso, “procurou-se estabelecer uma divisão de trabalho de segurança entre o Japão e os EUA para o combate ao ‘eixo do mal’ e na ‘Guerra ao Terror’” (VISENTINI, 2012, p.196). Desta feita, o Japão adquiriu o sistema de escudo anti-mísseis norte-americano, alegadamente para se proteger da Coreia do Norte, mas na prática como forma de estabelecer poderio militar para sua afirmação regional (MARTINS, 2008).

O nacionalismo chauvinista de Koizumi, expressado através das visitas ao Santuário de Yasukuni e pela questão dos livros escolares³¹ afetou seriamente as relações do Japão com as Coreias e com a China. Contudo, acompanhado pelo cartaz das “reformas estruturais”, o chauvinismo foi uma das principais fontes de popularidade interna do primeiro-ministro, diante de uma sociedade crescentemente descontente com a estagnação japonesa e o crescimento da China.

Hu Jintao e Wen Jiabao: a quarta geração do PCC assume o poder

Em março de 2003, Hu Jintao assumiu como novo presidente da República Popular da China e Wen Jiabao, como novo premiê. Seu projeto se traduzia nos conceitos de “Sociedade harmônica” e “Desenvolvimento Científico” (HU, 2007), que propunha distribuir o desenvolvimento econômico por todas as regiões do país, reduzir desigualdades sociais, distribuir direitos civis, tornando o país mais democrático e promovendo o desenvolvimento sustentável, através do incentivo à educação e ao desenvolvimento científico. Cabe destacar que Hu Jintao e – principalmente – Wen Jiabao eram ligados a Hu Yaobang, um dos altos dirigentes chineses durante a década de 1980, expurgado juntamente com Zhao Ziyang após o incidente de Tiananmen.

No campo externo, estabeleceu um tripé conceitual: o Conceito da Ordem Internacional reconhecia a necessidade de reforma dos organismos multilaterais e de governança global, bem como a reafirmação dos princípios de Zhou Enlai; o Novo Conceito de Segurança defendia os princípios da ASEAN, como a cooperação e a resolução de questões securitárias através da construção de confiança e do consenso; e o Conceito da Ascensão Pacífica, que objetivava aplacar a noção de ameaça chinesa, garantindo estabilidade internacional para o desenvolvimento do país.

Como afirma Jornada (2008, p.80),

“[o] objetivo de Hu Jintao com essa declaração foi ocupar um espaço deixado pelos Estados Unidos, que enfrentavam certa resistência dos países da região quanto à Guerra contra o Terror, já que muitos são islâmicos, apesar de serem aliados norte-americanos na luta contra o terrorismo” (JORNADA, 2008: p. 80).

Balanco das relações entre China e Japão entre 2001 e 2006

³¹ O ministério japonês da educação aprovou a utilização de livros de história que abrandavam a atuação do Japão na Segunda Guerra Mundial.

A relação entre os dois países no período analisado foi altamente influenciada pela postura do governo Koizumi. A reformulação da estrutura econômica japonesa que objetivava reduzir a participação econômica japonesa na Ásia colocou o país como concorrente da China. Ainda assim, muito em parte à entrada da China na OMC, no final de 2001, a integração econômica entre os dois países foi aumentada. Do ponto de vista relativo, a China diversificou suas relações econômicas, reduzindo a importância do Japão. Por outro lado, a China aumentou sua parcela nas relações comerciais do Japão e como destino de investimento externo direto (JETRO, 2012).

Além do alinhamento estratégico com os Estados Unidos, o Japão se aproximou de outros países da região, como a Índia e a Austrália, que foi a base da criação do ASEAN+3+3, com a inclusão dos dois últimos e da Nova Zelândia, numa tentativa de diluir a influência chinesa. Tentou ainda se aproximar da Rússia, contrabalançando a aproximação sino-russa. A aquisição de um sistema de escudo antimísseis norte-americano pelo Japão, no final de 2003, e a adoção, em 2005, de um comunicado conjunto por Estados Unidos e Japão, que pela primeira vez, citava Taiwan em um objetivo estratégico comum, geraram respostas negativas por parte da China, que percebia-se cercada (JOINT, 2005; CHINA, 2005). No mesmo período, a China estudava a aprovação da lei anti-secessão, que possibilitava a adoção de meios não-pacíficos para garantir a sua integridade territorial.

Do ponto de vista diplomático, as relações se mantiveram tensas. Em 2004, o Ministro das Relações Exteriores, Machimura Nobutaka, declarou que a China estava muito próxima de se “graduar”, não necessitando mais receber ODA do Japão. A declaração irritou os chineses ao colocar o país como um “aluno” do Japão. As visitas de Koizumi ao Santuário Yasukuni e a publicação de um livro escolar que abrandava os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial exacerbaram o nacionalismo na região, culminando com grandes demonstrações anti-Japão em várias cidades da China no ano de 2005. Por fim, as tensões atrapalharam a campanha do Japão por um assento no Conselho de Segurança da ONU.

Nesse contexto, os contatos de alto nível foram dificultados, havendo apenas uma conferência de cúpula, em 2001 e um encontro oficial durante a cúpula da APEC em 2004, excetuando-se os encontros multilaterais como o Six-Party Talks e a APEC. Ao mesmo tempo, o governo chinês buscou manter canais de diálogo abertos, principalmente através de contatos com empresários e congressistas japoneses.

A saída de Koizumi e a melhoria das relações sino-japonesas

Em 2006, Koizumi renunciou espontaneamente ao cargo de primeiro-ministro do Japão. A herança de Koizumi fora pesada: relações desgastadas com os vizinhos, a percebida insustentabilidade em competir com a China e a Coreia do Sul enquanto economia exportadora, o aumento das disparidades sociais e a erosão do PLD. Os três governos que se seguiram – Abe, Fukuda e Aso – tiveram que lidar com essa herança, que dificultou seriamente a governabilidade. Em 2007, o principal partido de oposição, o Partido Democrático do Japão (PDJ) obteve a maioria na Câmara Alta da Dieta Japonesa. Houve melhora significativa das relações bilaterais, mas poucos fatos destacam-se nesse período, que pode ser caracterizado como de “derretimento de gelo”.

Em 2006, Abe Shinzo se tornou o primeiro-ministro japonês. Originalmente um pró-Taiwan, realizou sua primeira visita oficial como primeiro-ministro com uma viagem a Pequim, absteve-se de visitar oficialmente o Santuário Yasukuni e entrou em acordo com os chineses para o estabelecimento da pesquisa histórica conjunta. Além disso, diante dos ímpetos independentistas de Taiwan, o Japão reafirmou comprometimento com a integridade territorial chinesa (MASAKI, 2007).

No ano seguinte, após a eleição da Câmara Alta que deu a maioria ao PDJ, Abe renunciou, dando lugar a Fukuda Yasuo. Fukuda buscou aprofundar as relações com a China. Os resultados práticos foram o acordo para exploração conjunta de gás e petróleo na região de Chunxiao, no Mar do Leste da China, e a “Declaração Conjunta para a Promoção Abrangente de um ‘Relacionamento Mutuamente Benéfico baseado em Interesses Estratégicos Comuns’”, que definiu uma agenda para a cooperação bilateral nos campos econômico, social e securitário e, no qual, o Japão reafirmou sua concordância quanto às três condições³² da China sobre Taiwan (JOINT, 2008). A eleição de Ma Ying-jeou, do Kuomintang e favorável à reunificação, para a presidência de Taiwan facilitou a aproximação bilateral (MAGNO, 2012).

Dessa forma, em 2008, foi realizada a primeira reunião da Cúpula Trilateral, reunindo China, Japão e Coréia do Sul. O projeto da cúpula surgira ainda no final da década de 1990, mas não havia avançado durante o governo Koizumi. Neste encontro foi lançado o Plano de Ação para a Cooperação Trilateral que estabelecia as diretrizes

³² As condições são: (1) o reconhecimento do governo de Pequim como o único governo da China; (2) o reconhecimento da indivisibilidade do território chinês e, portanto, do princípio de “Uma China” e (3) o reconhecimento de que Taiwan é uma província da China (JOINT, 1972).

básicas para a cooperação em inúmeras questões como investimentos, cooperação técnica, cooperação política e meio-ambiente (ACTION, 2008).

Comunidade do Leste Asiático: alinhamento político e parceria estratégica

O período que se iniciou em 2009 representou mudanças importantes para a relação entre China e Japão e para os assuntos que concernem às relações bilaterais. Primeiramente, o PDJ venceu a eleição japonesa de forma arrasadora. Composto por dissidentes do PLD, como Ozawa Ichiro, Hatoyama Yukio e Kan Naoto, o PDJ tinha um discurso reformista, mas completamente oposto ao de Koizumi. O mote do projeto, nas palavras de Hatoyama, era o “Yu-ai”, ou fraternidade, como a terceira via, ou ponto de equilíbrio entre a liberdade e a igualdade, ou entre o capitalismo e o socialismo (HATOYAMA, 2009b).

O “Yu-ai”, no campo interno, significava restaurar elementos de bem-estar social, especialmente nas áreas de educação, saúde e seguridade social, de modo a incentivar o consumo e melhorar a qualidade de vida da população (DPJ, 2009). O projeto econômico do PDJ era baseado na promoção do conhecimento e da tecnologia, e de um novo paradigma tecno-econômico a partir da economia verde (BUENO, 2009) e do Japão como “líder intelectual” da rede econômica do Leste Asiático e administrador de marcas e patentes, em uma divisão de tarefas com os demais países ao longo da cadeia produtiva, dentro da qual China e Coréia do Sul funcionariam como bases exportadoras de manufaturas.

Para a realização deste projeto, era necessária, no campo externo, a criação de uma Comunidade do Leste Asiático, com a criação de um ambiente econômico e securitário que protegesse os interesses japoneses, como a criação de uma moeda única, regulação sobre propriedade intelectual e proteção ao investimento. Importa destacar as semelhanças entre o projeto do PDJ e o da Juventude Comunista do Partido Comunista Chinês. Esta proximidade ideológica ensejou uma rede de diplomacia interpartidária, com troca de visitas e contatos frequentes entre líderes pró-integração.

Outro objetivo de Hatoyama era atingir um relacionamento mais igual perante os Estados Unidos, de modo que o país pudesse ter margem de manobra, atuando como o intermediador entre aqueles e a China (HATOYAMA, 2009). Para tanto, a principal proposta de Hatoyama era retirar as bases norte-americanas de

Okinawa. O primeiro-ministro havia prometido renunciar caso não atingisse esse objetivo.

Em 2010, contudo, houve o incidente envolvendo o afundamento do navio Cheonan³³, que influenciou as negociações sobre Okinawa. O resultado foi a manutenção das bases, o que inviabilizou a situação de Hatoyama e o levou a renunciar, também como forma de manter o compromisso com os países vizinhos, especialmente a China.

Após a renúncia de Hatoyama, o PDJ perdeu a coesão. Os governos de Kan Naoto e Noda Yoshihiko e a ascensão de figuras como Maehara Seiji explicitaram esse processo de divisão. Ambos os governos tiveram que lidar com as consequências do tsunami e do acidente nuclear de Fukushima. Kan perdeu popularidade por não conseguir transmitir segurança à população japonesa e acabou renunciando. Noda teve de lidar com a questão da utilização da energia nuclear, que passou a sofrer intensa oposição popular. Além disso, ele apostou seu futuro político na aprovação do aumento da taxa de consumo, na qual foi bem-sucedido, mas precipitou o racha de seu partido, com a saída de Ozawa Ichiro e dezenas de parlamentares. Desta forma, Noda teve de depender do PLD e do Novo Komeito para aprovar projetos, comprometendo-se a chamar eleições antes de 2013.

Assim, embora os dois governos tivessem obtido resultados satisfatórios com relação à cooperação com a China (e na cúpula trilateral com a Coreia do Sul), como a aprovação do acordo para comércio bilateral com moedas nacionais em vez do dólar e a cúpula trilateral houvesse aprovado o tratado para promoção e proteção do investimento e da propriedade intelectual, a instabilidade política continuou sendo a regra do sistema político japonês pós-guerra fria.

Disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu

Em setembro de 2010, em um incidente envolvendo embarcações da guarda costeira japonesa e uma embarcação pesqueira chinesa nos arredores das ilhas Senkaku/Diaoyu, o Japão prendeu o capitão e 14 membros da tripulação do barco chinês. A resposta chinesa foi através do embargo sobre a venda de minerais de terras

³³ Embora a Coreia do Norte tenha sido acusada de ter afundado o Cheonan, as circunstâncias do incidente são bastante controversas (BRITES, 2011).

raras ao Japão. A crise se encerraria após a libertação dos chineses e a suspensão do embargo pelos chineses.

O ponto fundamental está no fato de que o responsável pela guarda costeira japonesa, à época, enquanto Ministro dos transportes, era Maehara Seiji, considerado um “falcão” no que se refere à China (KAN, 2010) e que após o incidente marítimo se tornou Ministro das Relações Exteriores. Este acontecimento evidenciou que embora o PDJ tivesse conquistado o posto de primeiro-ministro com uma plataforma de centro-esquerda e pró-integração, ainda há, dentro do partido, setores que não compartilham dessa visão e, portanto, disputas faccionais.

Em 2012, o prefeito de Tóquio, Ishihara Shintaro, da ala ultra-nacionalista, sinalizou a intenção de comprar o arquipélago, pertencente – de acordo com a jurisdição japonesa – a uma empresa familiar desde 1895 afirmando a necessidade de ocupar e utilizar efetivamente as ilhas, sob pena de perder a sua posse para a China (TOKYO, 2012). O governo japonês efetuou a compra em setembro de 2012, como tentativa de evitar a compra por Ishihara e para evitar maiores confrontações com a China.

Considerações Parciais

Esse capítulo procurou analisar as relações sino-japonesas no período compreendido entre o final da Guerra Fria e os dias atuais. Em linhas gerais percebemos que essas relações oscilaram muito, entre momentos de plena desconfiança – como, por exemplo, quando dos testes nucleares chineses no meio dos anos 1990 –, e momentos de construção de aparato institucional comum – como materializado pela instituição da Comunidade do Leste Asiático em 2009.

Nesse sentido, cabe destacar o papel exercido pela crise asiática de 1997 como balizador para o aprofundamento da asianização da Ásia. Esse panorama regional conduziu os dois gigantes à uma política regional mais assertiva e menos contemplativa. A partir disso, pode-se observar uma crescente interdependência econômica entre os dois, interdependência essa que permeia e condiciona o relacionamento bilateral entre eles. Além disso, esse capítulo nos conduz ao entendimento de que essa trajetória de aproximação crescente suscitou reações políticas adversas bastante contundentes em termos políticos internos, o que demonstra que não há um consenso interno acerca do tipo de interação política que deve prevalecer e muito menos acerca da construção de um projeto nacional comum.

4 INDICADORES PARA AS RELAÇÕES SINO-JAPONESAS

Este capítulo procura analisar os principais indicadores que permitem vislumbrar o futuro das relações sino-japonesas. Primeiramente, se analisará o papel da construção dos Projetos Nacionais de cada um dos países, quando procura-se analisar a correlação de forças interna, e em que medida isso pode ser determinante para o perfil de inserção internacional que cada país adotará. Nesse sentido, busca-se compreender o papel que o debate político interno, e a questão das ilhas Senkaku exercem na conformação da postura externa desses países, especialmente, no que tange à construção de identidade regional.

Em um segundo momento, serão analisados os diferentes processos de integração que ocorrem na região, desde o estabelecimento da Comunidade do Leste Asiático, passando pela revitalização do projeto da moderna Rota da Seda, até a emergência da Aliança Trans-Pacífica, uma espécie de ALCA asiática. Dessa forma, busca-se apreender os elementos críticos que podem influenciar na trajetória do relacionamento entre a China e o Japão, e em que medida a concorrência desses projetos pode facilitar ou tornar mais difícil uma aproximação entre os dois vizinhos.

Por fim, analisa-se como questões latentes de reunificação nacional, derivadas do contexto pós-Segunda Guerra Mundial, como a península coreana e Taiwan, interferem no padrão de cooperação-conflito sino-japonês. Os desdobramentos, tanto na península coreana, como em Taiwan – especialmente – podem ser determinantes para o nível e o perfil de engajamento externo que esses países adotarão daqui para a frente. Disso deriva a conclusão de que a análise dos indicadores das relações de Japão e China transcende a disputa interna e encontra respaldo na verificação do ambiente regional como um todo.

4.1 Projetos Nacionais na China e no Japão

Desde as reformas lançadas ao final da década de 1970 por Deng Xiaoping, pode-se considerar que os principais objetivos da política externa chinesa eram: (1) a obtenção de recursos para o seu processo de modernização e desenvolvimento econômico, (2) a manutenção de um ambiente interno e externo favorável a esse processo, (3) a revisão dos “tratados injustos” e (4) a reintegração territorial.

Nas últimas décadas, o país logrou a reintegração de Hong Kong e Macau, passou por um processo de modernização, atingiu altas taxas de crescimento econômico e se tornou um ator de grande magnitude na economia e na política mundiais.

A China atual se vê diante de velhos e novos desafios. A reintegração de Taiwan permanece na ordem do dia. Embora tenha se tornado a segunda economia maior do mundo, ela está se desacelerando e apenas 10% de sua população chegou à classe média. Para continuar se desenvolvendo, ela depende do fornecimento externo de recursos energéticos. Sua principal fonte energética – o carvão – tem de ser importada desde 2009. Considerando o custo ambiental e o custo político internacional de ser um dos principais poluidores mundiais, pode ser preferível alterar o perfil da sua matriz energética. O país também precisa atrair investimentos externos e encontrar mercados onde possa vender seus produtos – especialmente quando a demanda interna não for capaz de sustentar o desenvolvimento.

Para isso, a China precisa garantir a segurança de suas rotas de comércio marítimas e terrestres. Isto implica em manter uma estabilidade favorável nas regiões que circundam a China, o que implica em algum grau de concertação com as lideranças regionais (YAN, 2011). Desta feita, é fundamental para o país obter um ambiente regional favorável, através da resolução de questões como Taiwan, as disputas territoriais com o Japão e no Mar do Sul da China e a Península Coreana e, principalmente, afastar os Estados Unidos do Leste Asiático e participar de forma crescente dos processos de governança global.

Nesse cenário, importa observar qual será a correlação de forças entre as facções do Partido Comunista Chinês e qual a sua influência sobre os processos de tomada de decisão. A partir da classificação apresentada por Li (2009), destacam-se duas facções: uma identificada com a Liga da Juventude Comunista, representada por Hu Jintao, Wen Jiabao e Li Keqiang, cuja plataforma consiste no “desenvolvimento harmônico” entre todas as regiões do país, na inclusão social por meio do consumo e da promoção de direitos civis e sociais, da educação, da ciência e da tecnologia e do desenvolvimento sustentável e da “ascensão pacífica”.

A outra facção é associada aos “Princelings³⁴” e ao “Grupo de Xangai”, assim chamado por sua identificação com as regiões mais desenvolvidas e representados

³⁴ Os princelings são filhos ou descendentes de revolucionários ou ex-altos oficiais do governo chinês.

por Jiang Zemin, Xi Jinping, e Bo Xilai. Sua plataforma consiste na priorização da eficiência econômica, na retórica do combate à corrupção, da desregulamentação dos mercados e das privatizações. Ao mesmo tempo, se preocupam mais com a manutenção da ordem social, o que lhes garante apoio das alas mais conservadoras.

A divisão faccional do PCCh é um indicador relevante, uma vez que a tomada de decisão é influenciada pela correlação de forças intra-partidária e pela participação crescente de outros atores, como a academia, os militares, a burocracia, o empresariado e a opinião pública.

O último congresso do PCCh resultou que o Comitê Permanente do Politburo, o principal órgão de tomada de decisão política na China, será composto por sete membros, cinco vinculados ao “grupo de Xangai” e dois à “Liga da Juventude Comunista. A disputa por poder entre as facções foi acirrada, como pode se perceber pela campanha contra Bo Xilai e na tentativa de Hu Jintao de manter as forças armadas sobre controle. As enormes manifestações anti-Japão ocorridas em Setembro também demonstraram um caráter anti-governamental e, neste caso, anti-Hu Jintao. O temor de uma nova Tiananmen parece ter fortalecido a “linha dura” do partido, simbolizada pelo maoísmo e personificada por Xi Jinping.

O Japão, por sua vez, enfrenta inúmeros desafios de ordem política e econômica. Após o esgotamento da Doutrina Yoshida e do “triângulo de ferro”, o país não definiu um projeto nacional para o século XXI. Mais do que isso, ainda não se definiu qual o modelo da sociedade japonesa para o futuro. Não há projeto vencedor, nem consenso sobre os objetivos estratégicos a serem atingidos pelo Japão.

Nos últimos anos, o crescimento do PDJ indicava o bipartidarismo como o futuro do sistema político japonês. No entanto, surgiram novos partidos, como o Partido da Restauração do Japão, fundado por Hashimoto Toru, prefeito de Osaka, o novo partido de Ishihara Shintaro, ex-prefeito de Tóquio, o *People's Life First*, de Ozawa Ichiro, que se colocam frente ao PDJ, ao PLD e a outros pequenos partidos.

Além do desempenho vacilante da economia japonesa, a população do país cresceu menos de 1% nos últimos 10 anos (BANCO MUNDIAL, 2012) e tende a declinar, aventando a possibilidade da imigração como alternativa para a força de trabalho (HOFFMANN, 2012). O modelo de bem-estar social e a era em que “todo japonês pertencia à classe média” (FUNABASHI, 2009) foram atacados pelas reformas

neoliberais do governo Koizumi, alegadamente como uma forma de revigorar a economia através da competitividade. O resultado, contudo, foi a concentração de renda, o aumento da desigualdade social e entre regiões e crescimento econômico pífio (YAMADA, 2010).

O país é altamente dependente do fornecimento externo de recursos energéticos e matérias-primas. A utilização da energia nuclear, que reduzia a vulnerabilidade energética, recebe forte oposição popular desde o acidente de Fukushima em 2011, o que agrava o quadro. Ainda há o debate sobre a atuação militar do país na esfera regional e global – das quais depende qualquer intenção do Japão de participar de arranjos de segurança coletiva.

A questão que resta é se o país poderá ter margem de manobra para se manter nas duas frentes ou recusar ambas. A postura do governo japonês, particularmente durante o governo do primeiro-ministro Noda, é ambígua. Embora, por um lado, tenha estabelecido o Secretariado para a Cooperação Trilateral com China e Coreia do Sul, assinado um tratado de proteção ao investimento e à propriedade intelectual com os dois países e firmado um acordo para a utilização das moedas nacionais no comércio bilateral com a China (e comprado dez bilhões em títulos do *renminbi*), por outro lado, aceitou participar das negociações para o estabelecimento da Parceria Trans-Pacífica, fechou um contrato para a compra de caças F-35 americanos e flexibilizou a sua legislação para a exportação de armas – medida especialmente ambígua, uma vez que permite a participação em projetos conjuntos tanto com a China quanto com os Estados Unidos.

Questões históricas e nacionalismo exacerbado

Desde a década de 1980, o sentimento anti-japonês na China ganhou força como obstáculo às relações bilaterais. Relacionado à Segunda Guerra Mundial, esse sentimento era intensificado, à época, pela tese da “ameaça japonesa” e posteriormente se manifestou como expressão de uma “China que podia dizer não”, reflexo do crescimento econômico chinês. No Japão, o crescimento chinês e a estagnação econômica japonesa tornaram o discurso da “ameaça chinesa” cada vez mais popular a partir da década de 1990. A tendência é de que os desacordos bilaterais sejam instrumentalizados como forma de ganhar legitimidade interna. Essa é a situação atual em ambos os países, que passam por ou se aproximam de períodos de eleições e troca de governo.

Disputas pelas ilhas Senkaku

Nos últimos anos, a questão relativa à posse das ilhas Senkaku/Diaoyu voltou à tona. O Japão defende que tomou posse das ilhas em 1895, julgando serem *terra nullius*³⁵ (MOFA, 2012). Após a Segunda Guerra, os Estados Unidos estabeleceram um protetorado sobre as ilhas Ryukyu (que incluem as Senkaku/Diaoyu) e Daito, “devolvendo” as ilhas para o Japão em 1972 (MOFA, 2012). Os chineses (em ambos os lados do estreito de Taiwan), por sua vez, argumentam que as ilhas pertencem ao país como parte do império Ryukyu, tributário da Dinastia Ming e como extensão da sua plataforma continental, que iria até a ilha de Okinawa (MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 2012; MANYIN, 2012).

Há três elementos que merecem atenção na disputa pelas Senkaku/Diaoyu: (1) a instrumentalização política, a partir da rivalidade histórica, (2) as reservas energéticas no Mar do Leste da China e (3) o controle das rotas marítimas na região.

Como citado anteriormente, disputas bilaterais podem ser instrumentalizadas politicamente. Isto ocorreu no incidente de 2012, quando Ishihara Shintaro, então governador de Tóquio, anunciou que tentaria comprar as ilhas e ocupá-las de modo efetivo, o que constituiria séria provocação à China. O governo central, tentando evitar piores consequências, antecipou-se a Ishihara e comprou as ilhas, que pertenciam – segundo a jurisdição japonesa – a uma família desde 1895. O governo japonês já alugava as ilhas, sem ocupá-las. Do ponto de vista prático, portanto, não houve alteração substantiva. Do ponto de vista político, no entanto, o movimento de Ishihara gerou um “efeito dominó” que impôs obstáculos ao progresso das relações. À manobra de Ishihara e à compra pelo governo japonês, seguiram-se intensas manifestações e a exacerbação do nacionalismo, que dificultou a estabilidade em ambos os países.

A segunda questão importante é quanto à utilização dos recursos existentes no Mar do Leste da China. É relevante a existência de reservas petrolíferas, gasíferas e de zonas pesqueiras na região. As estimativas variam, mas acredita-se que existam pelo menos 60 milhões de barris de petróleo – embora fontes chinesas considerem no

³⁵No direito, o conceito de *terra nullius* significa que determinado território não pertence a nenhum Estado, de modo que a posse será do Estado que ocupar esse território.

mínimo 70 bilhões de barris – e 30 bilhões de metros cúbicos de gás natural em reservas provadas e prováveis (EIA, 2012).

A terceira questão refere-se ao controle das rotas marítimas no Leste Asiático, decisiva para o transporte de bens e recursos energéticos para ambos os países. A China percebe que está sendo cercada através do sistema de alianças militares dos Estados Unidos com países da região, como o Vietnã, as Filipinas, a Coreia do Sul e o Japão. Portanto, sempre que o Japão se reaproxima estrategicamente dos Estados Unidos e se afasta da China, as ilhas ganham importância para o futuro das relações.

Nesse contexto, um dos objetivos básicos da política externa chinesa é diminuir a influência militar dos Estados Unidos no Pacífico Ocidental. Por essa razão, desenvolve suas capacidades de combate assimétrico, como os sistemas de anti-acesso e negação de área (A2/AD³⁶), como forma de impedir a atuação militar norte-americana no Pacífico Ocidental.

Relações econômicas entre China e Japão

Ao longo dos anos 2000, o comércio bilateral de bens e serviços teve grande crescimento. Da mesma forma, a taxa de investimentos externos diretos (IED) do Japão para a China. A entrada da China na OMC, com apoio do Japão, foi uma das razões para esse aumento e a reaproximação política após 2006 intensificou esse processo.

A China é o maior parceiro comercial do Japão desde 2009, tanto em exportação quanto em importação. No ano de 2011, o comércio bilateral entre o Japão e a China continental foi um dos maiores do mundo, totalizando 344,5 bilhões de dólares. Isso é equivalente a cerca de 20% de todo o comércio exterior japonês. Ao se considerar Hong Kong e Macau, a proporção cresce para 25%, e se adicionarmos Taiwan, cada vez mais interdependente do continente, chega-se a 31%. A China continental também possui parte relevante de seu comércio externo vinculado ao Japão, de onde mais compra. Além disso, entre 2010 e 2011, o fluxo de investimentos do Japão para a China cresceu mais de 50% (JETRO, 2012).

Todos esses dados explicitam não apenas a forte interdependência econômica entre os dois países, mas que há uma tendência de aumento desta interdependência. É

³⁶ Em inglês, *anti-access* (A2) e *area denial*(AD). As estratégias de anti-acesso buscam evitar que as forças de um inimigo, neste caso, os Estados Unidos, possam operar a partir de bases terrestres fixas em determinado teatro de operações. As operações de negação de área buscam limitar a liberdade de ação das forças marítimas e/ou aéreas de operarem nesse teatro. (KREPINEVICH, 2010)

certo que momentos de tensão política, como a ocorrida no ano de 2012 podem se refletir imediatamente nas relações econômicas, mas cabe ressaltar que a tendência é de aumento dos laços e não de afastamento.

4.2 Projetos de Integração

Desde os anos 1990, várias iniciativas de cooperação regional foram adotadas como resposta à crescente interdependência entre os países do Leste Asiático. Foram criados fóruns como a APEC, o Fórum Regional da ASEAN, o ASEAN+3, a Cúpula do Leste Asiático e, mais recentemente, a Cúpula Trilateral e o Secretariado para a Cooperação Trilateral, entre China, Japão e Coreia do Sul.

Atualmente, China e Japão se veem diante de diferentes projetos de integração. Sua adesão (ou não-adesão) a quaisquer desses projetos poderá ser determinante para o papel desses países no sistema internacional e para o futuro das relações bilaterais. Basicamente, são três projetos: (1) a Comunidade do Leste Asiático; (2) a Moderna Rota da Seda; (3) a Parceria Trans-Pacífica. Cabe destacar que os três projetos não são concorrentes, uma vez que há complementaridade entre a Comunidade do Leste Asiático e a Moderna Rota da Seda.

Comunidade do Leste Asiático

A Comunidade do Leste Asiático (CLA) foi o projeto lançado pelo então primeiro-ministro japonês Hatoyama Yukio em 2009. O projeto da CLA consiste em um conjunto de instituições que tem como pretensão criar um ambiente econômico e securitário que garanta a sustentabilidade da interdependência entre as economias do Leste Asiático e consolide a região como um ator do mundo multipolar (HATOYAMA, 2009).

O projeto da CLA deve ser visto por seu conteúdo ético, ou seja, como uma iniciativa de arranjo regional que visa, através da concertação entre as potências da região, China, Japão, Coreia do Sul e os países da ASEAN, criar garantias para o aprofundamento da cooperação econômica, através da proteção aos investimentos e à propriedade intelectual, da regulamentação financeira e a criação de uma moeda única. A CLA também seria a base regional para a cooperação nas áreas de segurança e defesa e para o exercício da segurança coletiva.

Nesse arranjo, o Japão buscaria se especializar nas pontas do processo produtivo, pesquisa e desenvolvimento (P&D) e a administração de marcas, patentes e o

provimento de serviços (VISENTINI, 2012), o que permitiria ao Japão adotar um modelo de desenvolvimento menos concentrado na produção industrial. Para a China, a constituição de uma Comunidade do Leste Asiático poderia estabilizar o ambiente regional e reduzir a capacidade de ingerência dos Estados Unidos na região. Do ponto de vista econômico, possibilitaria atrair maior volume de investimentos e expandir a cooperação nas áreas científica e tecnológica com os países da região.

Cabe lembrar os avanços realizados recentemente no sentido de uma Comunidade do Leste Asiático, como o acordo entre China e Japão para o comércio bilateral com moedas nacionais, que entrou em vigor em Junho deste ano, o tratado trilateral para a promoção e proteção do investimento e da propriedade intelectual e as negociações para o estabelecimento de um tratado de livre comércio trilateral, que começarão em breve.

Dessa forma, a CLA propõe uma intensificação do processo de regionalização, em curso desde a década de 1990, da construção de uma arquitetura econômica e financeira regional, a partir do Fórum Regional da ASEAN, da ASEAN+3 e, mais recentemente, das Cúpulas trilaterais e do Secretariado para a Cooperação Trilateral entre China, Japão e Coreia do Sul. Em outros termos, a CLA propõe um modelo de governança regional assentado em um elementos fundadores do relacionamento entre China e Japão: a cláusula anti-hegemônica.

A Moderna rota da seda

A “moderna rota da seda” é o nome dado à rede de projetos de infraestrutura de energia, de transportes e de comunicação, com a construção de gasodutos, oleodutos, linhas de transmissão de energia elétrica, rodovias, ferrovias e troncos de fibra óptica entre a Europa e o Leste Asiático, passando pela Ásia Central e possivelmente por outras regiões como o Sul da Ásia, o Oriente Médio e mesmo a África (MARTINS et al, 2011; REIS, 2012).

Embora o projeto tenha ganhado maior atenção nos últimos anos, é necessário destacar que a aproximação com a Ásia Central e a Rússia é ponto chave da diplomacia chinesa desde a década de 1990, através da definição de fronteiras e do estabelecimento, em 1996, do grupo dos “Cinco de Xangai”, com Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão. Em 1997, o governo japonês lançou a “diplomacia

eurasiana”, que pretendia mudar o foco da diplomacia japonesa, aproximando-se da China, da Rússia e dos países da “rota da seda”.

“[O]s desenvolvimentos nessas duas grandes potências, Rússia e China, agora são a chave para a formação de uma ordem internacional. Alguém pode ir mais longe e dizer que o foco da diplomacia mundial mudou de um eixo entre o Atlântico e a Europa, no meio de um conflito entre os Estados Unidos e a União Soviética, para um eixo que abrange a massa terrestre Eurasiana englobando muitas nações, pequenas e grandes.” (HASHIMOTO, 1997, tradução livre³⁷).

Para China e Japão, a “moderna rota da seda” é uma alternativa terrestre de fornecimento de recursos naturais, como alimentos, recursos energéticos e matérias-primas. Cabe destacar que parte expressiva do comércio externo dos países do Nordeste Asiático e aproximadamente 80% de seu fornecimento de petróleo são altamente dependentes das rotas marítimas que passam pelos estreitos de Málaca e de Singapura e são controladas, na prática, pelos Estados Unidos (CHEN, 2010).

Além disso, o desenvolvimento das economias cobertas por essa rede criaria mercados para seus bens, serviços e investimentos e facilitaria o transporte entre a Ásia e a Europa, criando uma alternativa terrestre às rotas marítimas, ameaçadas pela pirataria e dominadas pela marinha norte-americana. De acordo com Swanstrom, Norling & Li (2007, p. 392),

“Em comparação com as rotas marítimas entre Ásia e Europa, cujos custos de frete podem chegar a 167 dólares por tonelada e levar 45 dias, a segunda rota Eurasiana poderia reduzir o tempo de transporte em mais da metade do tempo e custar apenas 110 por tonelada (SWANSTROM, NORLING & LI In STARR, 2007, p. 392, tradução livre³⁸)”.

O governo norte-americano abraçou oficialmente o projeto a partir de 2011, quando a Secretária de Estado, Hillary Clinton, citou a ideia durante um discurso na Índia (CLINTON, 2011b). Os Estados Unidos tem priorizado obras que passem pela Ásia Central e o Sul da Ásia, alegando que será fundamental para estabilizar o

³⁷ No original, “The developments in these two great powers, Russia and China, now hold the key to the formation of an international order. One might even go so far as to say that the focus of world diplomacy has shifted from an axis of the Atlantic Ocean and Europe poised on conflict between the United States and the Soviet Union to an axis spanning the Eurasian landmass encompassing many nations, small and large”.

³⁸ No original, “In comparison to the sea-routes via Asia and Europe, whose freight costs can reach as much as \$167 per ton and take 45 days, the second Eurasian land-bridge could cut transport time by more than half and cost only \$110 per ton”.

Afeganistão, que se tornaria o centro da “nova rota da seda”. Isso gera, entretanto, um conflito de interesses com China, Rússia e Irã, que patrocinam projetos com trajetos concorrentes.

Em outras palavras, a constituição da “Moderna Rota da Seda” será o resultado da disputa pelo controle do *Heartland* eurasiático através da integração da infraestrutura como alternativa ao poder marítimo. Os Estados Unidos, ao perceber a impossibilidade de evitar sua consumação, buscam formas de influenciar o processo, obtendo o máximo de vantagens e reduzindo os ganhos de seus adversários geopolíticos. Ao mesmo tempo, tenta garantir o controle do comércio marítimo, ao atrair aliados no Leste Asiático e nas Américas para as negociações da Parceria Transpacífica.

O “pivô asiático” e a Parceria Transpacífica

O “século americano no pacífico” representa a ideia de que o futuro do mundo e do papel norte-americano no mundo “será decidido na Ásia”, estabelecendo o continente como o “pivô”, a base para a manutenção de seu poderio global (CLINTON, 2011a). Para isso, possui dois pilares, um político-estratégico e outro econômico.

O pilar político-estratégico é o aprofundamento das parcerias estratégicas e das relações políticas com seus aliados na região e uma postura mais ativa nos fóruns regionais, principalmente ao explorar as desavenças entre a China e os vizinhos, como no Mar do Sul da China (CLINTON, 2010).

O pilar econômico é a Parceria Transpacífica (TPP), lançada em 2005, por Brunei, Chile, Nova Zelândia e Singapura como um tratado de livre comércio. Os Estados Unidos entraram nas negociações em 2008, sendo acompanhados por Austrália, Canadá, Malásia, México, Peru, e Vietnã (USTR, 2012). Coreia do Sul, Japão, Taiwan e Filipinas também manifestaram interesse em participar. É possível também que o escopo do acordo seja ampliado para cobrir, por exemplo, investimentos, serviços e propriedade intelectual.

No Japão, o ingresso na TPP não é um consenso entre os setores econômicos e nem dentro dos partidos políticos. A classe industrial se manifestou a favor do acordo argumentando que a indústria nacional ganharia em competitividade. Os agricultores são contra, pois temem que sejam esmagados pela competição dos produtos agrícolas norte-americanos.

Há que se destacar que o Japão já possui tratados de livre comércio com a maioria dos países que participam das negociações para a TPP (MOFA, 2012). Logo, a grande questão é a assinatura de um tratado de livre comércio entre o Japão e os Estados Unidos (e o Canadá). Por essa razão, a assinatura do TPP poderia significar o redirecionamento da economia japonesa da China para os Estados Unidos. Assim, o TPP pode ser interpretado como parte do esforço norte-americano para conter a China na região.

Por essa razão, deve-se observar como se dará a evolução do TPP e das negociações para o tratado de livre comércio entre China, Japão e Coreia do Sul. Nesse contexto, questões que reavivam as rivalidades, como a disputa pelas ilhas e visitas ao Santuário Yasukuni servem apenas para mobilizar a opinião pública para um ou outro projeto.

4.3 Possibilidades de Reunificação Nacional

As divisões da Coreia e da China foram dois dos principais condicionadores da Guerra Fria no Leste Asiático. A reunificação de ambas alteraria o equilíbrio regional e afetaria diretamente as relações sino-japonesas.

Taiwan

Taiwan sempre foi um dos pontos mais sensíveis para a evolução das relações bilaterais e um de seus principais indicadores, uma vez que a reunificação é um objetivo central da política externa chinesa. Desde o comunicado conjunto de 1972, o Japão nunca deixou de reconhecer oficialmente a política de “Uma China”. Isso não impediu o país de manter relações econômicas, e mesmo políticas, com Taiwan, uma vez que os grupos pró-Taiwan apoiam os movimentos pró-independência da ilha.

A partir dos anos 2000, a China mudou seu foco de atuação ao apostar no aumento da interdependência econômica como forma de influenciar os rumos da política Taiwanesa. Desde o retorno do Kuomintang ao governo da ilha, há um alinhamento crescente entre os dois lados do estreito. Entre os resultados, destaca-se a assinatura do Acordo Estrutural para a Cooperação Econômica, a criação de vias aéreas específicas para a comunicação entre a ilha e o continente e a permissão para que bancos taiwaneses operem no continente.

As relações econômicas entre China e Taiwan tornaram-se um ponto-chave para a política de Taiwan e fortaleceram a perspectiva de reunificação, de modo que a

promessa eleitoral de Ma Ying-Jeou de “reunificar a China em dez anos” teve papel decisivo em sua reeleição (FEDDERSEN, 2012) e mesmo os grupos de oposição, pró-independência, parecem menos resistentes à reunificação (KASTNER, 2012).

Ma protestou contra a compra das ilhas Senkaku/Diaoyu pelos japoneses e embarcações saídas de Taiwan entraram em conflito com a guarda costeira japonesa. Percebe-se claramente que a resposta teve um tom de “frente unida” com o governo continental. Mais recentemente, iniciou negociações com o Japão para firmar um acordo de cooperação em pesca. Essa situação demonstra que Ma tenta se equilibrar entre Japão e China, mas prioriza as relações com Pequim como resultado de sua política de unificação. Desse modo, ele acaba colocando o Japão em uma “saia justa”, afastando-o da China.

Península Coreana

A Península Coreana foi historicamente uma zona de disputa entre China e Japão. Após o final da Guerra Fria, os dois países voltaram a ter importância nos desenvolvimentos na península, o que se materializou nas Conversas entre as Seis Partes.

Um possível colapso da Coreia do Norte geraria efeitos sérios para a estabilidade regional, especialmente para a China, que pode receber grande número de refugiados (BRITES, 2011). A reunificação, se ocorrer, também alterará o cenário estratégico regional, independente da inclinação do novo Estado. Por fim, as capacidades missilísticas da Coreia do Norte podem ser usadas como argumento para o aumento das capacidades militares japonesas ou mesmo a alteração de sua Constituição (MARTINS, 2008).

Essas razões motivaram o estabelecimento de mecanismos de construção de confiança, como o Fórum Regional da ASEAN, em 1994, e, posteriormente, a Negociação das Seis Partes, em 2003. Esses processos ajudaram a criar concertação entre China, Japão e Coreia do Sul, que criaram o Fórum ASEAN+3, a Cúpula Trilateral e o Secretariado para a Cooperação Trilateral.

Nos últimos anos, o governo sul-coreano, liderado por Lee Myung-Bak, alterou o curso da política externa ao adotar uma política neoconservadora, mais dura com relação à Coreia do Norte, e nas relações bilaterais com China e Japão. A visão de Lee é a de que a inserção internacional da Coreia do Sul depende da manutenção de um

balanceamento entre seus vizinhos. Ainda assim, houve avanços significativos nas Cúpulas Trilaterais, o que sugere que a concertação entre China e Japão garante-lhes maior capacidade de agendamento nos encontros trilaterais.

No que se refere à Coreia do Norte, houve preocupação de Tóquio e Pequim com relação à morte de Kim Jong-Il (JAPAN-PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, 2011). Nessa questão, inclusive, Japão e China chegaram a estabelecer uma agenda comum (JAPAN-CHINA, 2012). Com a manutenção da estabilidade norte-coreana, o tema não fez parte da declaração conjunta da última Cúpula Trilateral, realizada em Maio de 2012.

Considerações parciais

A estratégia atual dos Estados Unidos indica a contenção da China – o pivô asiático – por meio do aumento do número de tropas norte-americanas na Ásia e o aumento da cooperação militar com os países com os quais os Estados Unidos têm alianças – entre eles o Japão (CLINTON, 2011). A China, por sua vez, possui o objetivo de “empurrar” a cobertura militar norte-americana da primeira para a segunda cadeia de ilhas no Pacífico Ocidental (GLOBAL SECURITY, 2012b). A primeira cadeia de ilhas é composta pelas ilhas Ryukyu (Okinawa e Senkaku/Diaoyu) Taiwan, Filipinas e Malásia, e um eventual bloqueio das rotas marítimas seria composto ainda pelo Vietnã. A segunda, por Guam, pelas Marianas, Palau e Austrália. Desse modo, para a China, a reincorporação de Taiwan e a integração regional configuram-se como parte do processo de redução da presença dos Estados Unidos na região.

A Península Coreana é crucial para ambos. A Coreia do Sul tornou-se um ator regional forte e parte fundamental do processo de integração. Além disso, as relações entre Seul e Pyongyang, como já analisado, influenciam o processo político de outros países da região, como o Japão. Uma possível reunificação, em quaisquer condições, será determinante para a correlação de forças regional.

Externamente, o Japão se vê diante de, pelo menos, dois projetos de integração. O primeiro consiste em cooperar e definir uma “divisão de tarefas” com a China e a Coreia do Sul através da Comunidade do Leste Asiático e apostar na constituição da Nova Rota da Seda. Esta opção implica distanciamento dos Estados Unidos e o desenvolvimento de capacidades de defesa autônomas. A segunda opção seria voltar-se para os Estados Unidos, fortalecendo a aliança político-estratégica e

participando da Parceria Trans-Pacífica, o que implicaria competir com a China pela hegemonia regional.

O Japão não pode ignorar a Ásia, muito menos a China, como fez na primeira parte da Guerra Fria. A interdependência econômica com a região vai além do comércio e a competição será provavelmente inviável. O Japão de hoje, especialmente no governo Noda, tenta se equilibrar entre China e Estados Unidos. É difícil saber se o Japão barganha, com o objetivo de estabelecer as condições mais favoráveis para si dentro de um dos projetos de integração; se busca ganhar tempo enquanto resolve as questões internas, para então decidir qual seu rumo; ou se almeja manter uma política equidistante com relação à Pequim e Washington no longo prazo.

A China, por sua vez, está cada vez mais organicamente integrada às dinâmicas regionais, bem como aos desdobramentos da política internacional. Ou seja, sua gama de interesses externos é cada vez maior e mais complexa, de modo que cabe o debate sobre o qual o papel internacional da China, suas responsabilidades regionais e globais, especialmente no que tange aos mecanismos de governança, e qual sua relação com as demais potências, inclusive o Japão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscou-se entender quais os padrões de relacionamento entre a República Popular da China e o Japão. Pretendia-se verificar se havia uma tendência de longo prazo de aproximação entre os dois países. Pode-se dizer que a hipótese se confirmou. Não obstante os choques políticos, derivados em grande parte da rivalidade histórica e dos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, desde a década de 1970, os dois países tiveram forte aproximação política e aprofundamento da interdependência econômica, concomitante às tendências do Japão em se “voltar para a Ásia” e da China em se reinserir na política e economia globais.

Para tanto, julgou-se necessário dividir o trabalho em três capítulos. O primeiro abordou o período da Guerra Fria, em que a divisão do mundo entre Estados Unidos e União Soviética impôs severos constrangimentos sistêmicos sobre Japão e China. Ainda nesse período percebem-se dualidades nos projetos políticos de ambos os países. A inexistência de contatos oficiais entre os governos e as pressões de grupos que se opunham à reaproximação não impediram os intercâmbios comerciais e os contatos extraoficiais levados a cabo por empresários, políticos e burocratas.

A retração norte-americana, oriunda da Guerra da Vietnã, e a aproximação sino-americana possibilitaram o reatamento diplomático e o tratado de paz. Ao mesmo tempo, o Japão se tornava o líder econômico do Leste Asiático e a necessidade de se preocupar com a estabilidade regional. A China necessitava de capitais, de tecnologia e do modelo de gestão japonês. Assim, eles dependiam um do outro e ambos optaram por um modelo de concertação regional que se baseava em impedir a supremacia de um sobre o outro e a interferência de atores extrarregionais. Esses princípios se materializaram na criação de uma cláusula antihegemônica que, não obstante o discurso de que era voltada contra a União Soviética, pode ser vista como uma “Doutrina Monroe” da Ásia.

O segundo capítulo tratou do pós-Guerra Fria, em que se quebrou a triangulação entre China, Japão e Estados Unidos. O Japão, “entre a cruz e a espada”, optou por consolidar sua posição regional e concertar-se com a China através da institucionalização regional. O lobby japonês para a inclusão da China na APEC e na OMC e a criação do Fórum Regional da ASEAN exemplificam esse comportamento. A

década de 1990 para a China foi de “baixo perfil”, buscando manter o ritmo de crescimento econômico.

Este também foi um período de redefinição, marcado pela quebra do consenso interno no Japão e pela rivalidade entre as facções do PCCh. No Japão, há o embate entre o projeto neoliberal de competição regional de Koizumi e o projeto de Hatoyama Yukio, de bem-estar social e cooperação regional. Na China, os mesmos projetos são representados pelo “Grupo de Xangai” e pela ala da Juventude Comunista ou *tuanpai*.

O último capítulo buscou retomar e analisar os indicadores relevantes para as relações sino-japonesas. Entre elas, destacam-se os projetos de integração que envolvem os dois países. A Comunidade do Leste Asiático (CLA) é o conteúdo ético proposto por Hatoyama, simbolizado pela cooperação trilateral entre China, Japão e Coreia do Sul. A Moderna Rota da Seda é complementar à CLA, no sentido em que ambos implicam um sistema de governança compartilhada, ou hegemonia coletiva, pois não parece haver uma potência capaz de garantir a hegemonia sozinha. A Parceria Trans-Pacífica, por sua vez, é o contraponto, como parte da tentativa norte-americana e dos neoliberais japoneses de conter a China na Ásia.

Nesse contexto, inserem-se os territórios divididos pela Guerra Fria, China e Taiwan e as Coreias. Taiwan é um bom indicador para as relações sino-japonesas, pois historicamente os japoneses “anti-China” apoiaram a independência da ilha, o que se colocou como obstáculo às relações bilaterais em vários momentos. A situação atual, em que Taiwan parece próxima de se reunificar com a China e participa de uma frente unida contra o Japão, coloca o último em situação delicada. No que tange à Península Coreana, a manutenção do status quo e, portanto, da estabilidade é a ordem do dia para China e Japão. Além disso, os dois países estabeleceram uma agenda comum para lidar com a questão, excluindo, ao menos temporariamente, a Coreia do Sul, de uma concertação. A Coreia do Norte não é uma ameaça militar real para o Japão, mas um colapso do país afetaria seriamente a região, particularmente a China.

As tensões recentes envolvendo as ilhas Senkaku/Diaoyu dificultaram as posições internas dos grupos pró-integração na China e no Japão. Os grandes protestos na China não pareciam direcionados somente contra o Japão, mas contra o governo central e, especialmente, Hu Jintao. Não à toa, fotos de Mao eram exibidas nos

protestos. O temor de uma nova *Tiananmen* repercutiu na nova composição do comitê permanente do Politburo, em que o “Grupo de Xangai” possui cinco dos sete membros.

No Japão, o primeiro-ministro japonês Noda se enfraqueceu e viu-se obrigado a chamar novas eleições. Concomitantemente, houve o fortalecimento dos grupos anti-China. Por outro lado, Noda comprou o discurso do TPP, enquanto busca negociar um tratado de livre-comércio com China e Coreia do Sul, o que evidencia sua postura de barganha por parte do Japão. Abe, seu rival nas eleições adotou um discurso anti-China, mas anti-TPP. Quando primeiro-ministro, seis anos atrás, Abe foi o responsável por “quebrar o gelo” com a China, após o governo Koizumi, o que indica que ele poderá cooperar com a China. Assim, a tendência é que nenhum dos grandes partidos arque com os custos de romper com a China.

A grande interdependência econômica e securitária entre Japão e China torna altamente custosa uma competição econômica e militar entre ambos. A tentativa norte-americana de restabelecer o sistema de “cubo-e-raios” oferece ao Japão a possibilidade de manter-se sob o guarda-chuva nuclear americano e manter a China “sob controle”. A tendência de aproximação entre China e Japão foi acompanhada por essa interdependência, e o papel do Japão é central para a disputa entre China e Estados Unidos. O Japão percebe que não pode ignorar ou competir com a China, mas é pouco provável que o Japão rompa com os Estados Unidos no curto ou no médio prazo.

Portanto, ao se analisar o padrão de relacionamento político/diplomático que impera entre os dois vizinhos, é preciso levar em conta a trajetória histórica sino-japonesa, que indica que a interdependência tende a se aprofundar. Em que pese os grandes obstáculos ainda existentes nos âmbitos interno e externo, pode haver contra-fluxos. Contudo, isso não representa que esse processo de aprofundamento da interdependência entre os dois países seja irreversível – o que ficou claro, por exemplo, na escalada de tensionamento, derivada da questão das Ilhas Senkaku/Diaoyu. Isso permite concluir, também, que mesmo a hipótese de guerra entre eles não é descartável.

Por fim, quando são analisados os indicadores das relações sino-japonesas nos anos vindouros percebe-se que a busca pela resolução de problemas regionais como a questão de Taiwan, ou da Península Coreana, pode ser central para estabelecer uma linha de diálogo permanente entre os dois países, e o estabelecimento de metas conjuntas, comuns aos vizinhos. Dessa forma, projetar o futuro das relações sino-japonesas, portanto, passa, necessariamente, por começarmos a entender o Leste

Asiático como um organismo único, cujos atores impactam e são impactados proporcionalmente.

Disso depreende-se que a regionalização, entendida enquanto interdependência securitária, política, diplomática e econômica, já é uma realidade na região. Nesse sentido, o futuro das relações sino-japonesas é central para determinar se o leste asiático seguirá o modelo vestfaliano de relações internacionais ou outro modelo, seja ele “neotributário”, com a aceitação de um hegemona, possivelmente a China, ou uma concertação, uma espécie de hegemonia coletiva prevalecerá.

6 REFERÊNCIAS

ACTION Plan for Promoting Trilateral Cooperation among the People's Republic of China, Japan and the Republic of Korea. Japão: 13 de dezembro de 2008. Disponível em:

http://www.tcs-asia.org/dnb/board/view.php?board_name=3_5_1_documents_1&view_id=17&page=2.

Acesso em: 04 de dezembro de 2012.

ADVISORY GROUP ON DEFENSE ISSUES. **The Modality of the Security and Defense Capability of Japan: The Outlook for the 21st Century**. Tóquio: 12 de Agosto de 1994.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo**. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

ARRIGHI, Giovanni. **The Resurgence of East Asia**. Cornell University, 2003.

ARRIGHI, Giovanni; IKEDA, Satoshi & IRWAN, Alex. A Ascensão do Leste Asiático: um milagre ou muitos? In: ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997, p. 53-129.

BANCO MUNDIAL. The World Bank. Disponível em: <http://www.worldbank.org/>. Acesso em: 04 de dezembro de 2012.

BRIGAGÃO, Clóvis. **Paz, Segurança Internacional e a Inserção Brasileira**. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BRITES, Pedro V. P. **A Situação na Península Coreana: Estrutura, Panorama e Cenários**. Trabalho de Conclusão do Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BRITES, Pedro V. P. & OLIVEIRA, Lucas Kerr de. **O Contexto Estratégico e a Geopolítica Energética do Leste Asiático: Estudo de Caso da Coreia do Sul**. Artigo apresentado na "Semana de Defesa e Gestão Estratégica Internacional" (SDGEI-UFRJ), Rio de Janeiro, 2012.

BROCHIER, Lúcia. **A intensificação da integração regional no Leste Asiático: motivações e desafios no período pós-crise financeira de 1997-98**. Trabalho de

Conclusão do Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BUENO, Eduardo U. **Paradigmas Técnico-Econômicos, Pactos de Elites e o Sistema Monetário Internacional**. Trabalho de Conclusão do Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BURNS, Katherine G. **China and Japan: Economic Partnership to Political Ends**. 2000. Disponível em: www.stimson.org/images/uploads/research-pdfs/burnspdf.pdf. Acesso em: 03 de dezembro de 2012.

CALDER Kent E. & FUKUYAMA, Francis. **Multilateralismo na Ásia Oriental: Perspectivas Para a Estabilidade Regional**. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

CARLETTI, Anna. **Diplomacia e Religião: encontros e desencontros nas relações entre a Santa Sé e a República Popular da China de 1949 a 2005**. Brasília: FUNAG, 2008.

CHEN, Shaofeng. China's Self-Extrication from the "Malacca Dilemma" and Implications. **International Journal of China Studies**. Vol. 1, No. 1, January 2010, pp. 1-24.

CHIARELLI, João R. **Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) como ferramenta política: mecanismos de integração regional**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CHINA Strongly Criticizes US-Japan Statement on Taiwan Issue. **People's Daily**, 21 de fevereiro de 2005. Disponível em: http://english.peopledaily.com.cn/200502/21/eng20050221_174070.html. Acesso em: 03 de dezembro de 2012.

CHINA's Top Future Leaders to Watch. **John L. Thornton China Center**, 2012. Disponível em: <http://www.brookings.edu/about/centers/china/top-future-leaders>

CLINTON, Hillary (a). America's Pacific Century. **Foreign Policy**, novembro de 2011. Disponível em: http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/10/11/americas_pacific_century

CLINTON, Hillary (b). **Remarks on India and the United States: A Vision for the 21st Century**. U.S. Department of State, 20 de Julho de 2011. Disponível em: <http://www.state.gov/secretary/rm/2011/07/168840.htm>

COOPER, William H. & MANYIN, Mark E. **Japan-U.S. Relations: Issues for Congress**. Congressional Research Service. Washington D.C.: CRS, 2012.

DENG, Yong. Chinese Relations with Japan: Implications for Asia-Pacific Regionalism. **Pacific Affairs**, Vol. 70, No. 3, pp. 373-391, Outono de 1997. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2761028>. Acesso em: 10 Out. 2012.

DORNELLES JÚNIOR, Arthur Coelho. **A questão de Taiwan: suas implicações políticas e militares para as relações entre Estados Unidos -Taiwan - China (1991-2004)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

DEMOCRATIC PARTY OF JAPAN (DPJ). Change of Government: The Democratic Party of Japan's Platform for Government. Japão, 2009. Disponível em: www.dpj.org.jp/english/manifesto/manifesto2009.pdf. Acesso em: 04 de dezembro de 2012.

DRIFTE, Reinhard. **Japan's Security Relations with China Since 1989: From Balancing to Bandwagoning**. Taylor & Francis e-Library, 2005.

DZUREK, D. J.; SCHOFIELD, C. H. **The Spratly Islands dispute: who's on first?** Durham, UK: International Boundaries Research Unit, University of Durham, 1996.

ECONOMIC AND SOCIAL RESEARCH INSTITUTE (ESRI). **Trend of the Japanese economy and major topics in and after the 1970s**. 2004. Disponível em: <http://www.esri.go.jp/en/tie/je1970s/je1970s-e.pdf>. Acesso em: 03 de dezembro de 2012.

EIA. U.S. Energy Information Administration. Disponível em: <http://www.eia.gov/>. Acesso em: 4 de dezembro de 2012.

FEDDERSEN, Gustavo H. RPC e Taiwan: Histórico e evolução das relações interestreito. In: Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais (SEBREEI), 1, 2012, Porto Alegre. **Anais do 1º Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais (SEBREEI)**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012. No prelo.

FENG, Shaokui. Japanese aid to China: A comparison of ODA from Japan and Europe. In: ARASE, David. **Japan's Foreign Aid: Old Continuities and New Directions**. Londres: Routledge, 2005.

FMI. Fundo Monetário Internacional. Disponível em: <http://www.imf.org/external/index.htm>. Acesso em: 03/12/2012.

FUNABASHI, Yoichi. **Alliance Adrift**. New York: Council on Foreign Relations Press, 1999.

FUNABASHI, Yoichi. Japan: Two-party politics and the role of the media. **East Asia Forum**, 2009. Disponível em: <http://www.eastasiaforum.org/2009/09/14/japan-two-party-politics-and-the-role-of-the-media/>

GLOBAL SECURITY (a). **First Taiwan Strait Crisis: Quemoy and Matsu Islands**. Disponível em: http://www.globalsecurity.org/military/ops/quemoy_matsu.htm. Acesso em: 02 de novembro de 2012.

GLOBAL SECURITY (b). **People's Liberation Navy - Offshore Defense**. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/world/china/plan-doctrine-offshore.htm>. Acesso em 04 de dezembro de 2012.

GLOBAL SECURITY (c). **Senkaku/Diaoyutai Islands – Chronology**. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/world/war/senkaku-chronology.htm>. Acesso em: 02 de novembro de 2012.

HASHIMOTO, Ryutaro. **Address to the Japan Association of Corporate Executives**. Tokyo: 24 de Julho de 1997. Disponível em: <http://www.kantei.go.jp/foreign/0731douyukai.html>

HATOYAMA, Yukio (a). **Japan's New Commitment to Asia Toward the Realization of an East Asian Community**. Address by H.E. Dr. Yukio Hatoyama Prime Minister of Japan. Kantei, Singapore, 2009. Disponível em: http://www.kantei.go.jp/foreign/hatoyama/statement/200911/15singapore_e.html

HATOYAMA, Yukio (b). **My Political Philosophy**. Voice Magazine, September, 2009.

HOFFMAN, Michael. “Only immigrants can save Japan”. **The Japan Times**. Tokyo, 21 de outubro de 2012. Disponível em: http://www.japantimes.co.jp/text/fl20121021x3.html?fb_ref=article_japantimes#.UJ02QnVdhII.facebook

HSIAO, Gene T. **Foreign Trade of China: Policy, Law and Practice**. Berkeley, EUA: University of California Press, 1977.

HUGHES, Christopher R. Japan in the politics of Chinese leadership legitimacy: recent developments in historical perspective. **Japan Forum**, 20 (2). pp. 245-266, 2008.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

ITOH, Mayumi. **The Hatoyama Dynasty: Japanese Political Leadership Through the Generations**. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

ITOH, Mayumi. **The Pioneers of Sino-Japanese Relations: Liao and Takasaki**. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

JAPAN-CHINA Joint Declaration on Building a Partnership of Friendship and Cooperation for Peace and Development. Tóquio: 26 de novembro de 1998. Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/visit98/joint.html>. Acesso em: 03 de dezembro de 2012.

JAPAN-CHINA Foreign Ministers' Meeting (Overview). Ningbo, China: 23 de Abril de 2012. Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/announce/jfpu/2012/04/0423-01.html>. Acesso em: 04 de dezembro de 2012.

JAPAN-PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA Summit Meeting (Summary). Pequim: 25 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/meeting1112.html>. Acesso em: 04 de dezembro de 2012.

JETRO. Japanese External Trade Organization. Disponível em: www.jetro.go.jp. Acesso em: 03 de dezembro de 2012.

JOHNSTON, Eric. Hashimoto mulls teaming up with Ishihara's new party. **The Japan Times**. Tokyo, 9 de novembro de 2012. Disponível em: <http://www.japantimes.co.jp/text/nn20121109a7.html>

JOINT Communiqué of the Government of Japan and the Government of the People's Republic of China. Pequim: 29 de Setembro de 1972. Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/joint72.html>. Acesso em: 03 de dezembro de 2012.

JOINT Statement between the Government of Japan and the Government of the People's Republic of China on Comprehensive Promotion of a "Mutually Beneficial Relationship Based on Common Strategic Interests". Tóquio, 7 de Maio de 2008. Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/joint0805.html>. Acesso em: 04 de dezembro de 2012.

JOINT Statement U.S.-Japan Security Consultative Committee. Washington D.C.: 19 de Fevereiro de 2005. Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/security/scc/joint0502.html>. Acesso em: 03 de dezembro de 2012.

JORNADA, Helena L. **China e Índia no século XXI: cooperação, competição e distribuição de poder no sistema internacional**. Trabalho de Conclusão de Curso

(Bacharelado em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

KAN, Shirley A. et al. **China-U.S. Aircraft Collision Incident of April 2001: Assessments and Policy Implications**. CRS Report to Congress. Washington: Congressional Research Service, 2001.

KAN Replaces Over Half of His Cabinet. **The Japan Times**, 17 de Setembro de 2010. Disponível em: <http://www.japantimes.co.jp/text/nn20100917x2.html>. Acesso em: 04 de dezembro de 2012.

KANE, Tim. **Global U.S. Troop Deployment 1950-2005**. Hudson Institute, 24 de maio de 2006. Disponível em: papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1146649. Acesso em: 03 de dezembro de 2012.

KANTER, Marcelo; MAGNO, Bruno et al. ASEAN REGIONAL FORUM. In MACHADO, Iara B.; CRUZ, Claudia P.; SILVEIRA, Isadora L. Exploring new possibilities: Treasuring the past. Porto Alegre: ISAPE, 2012.

KASTNER, Jens. DPP swallows pride, hooks up with CCP. **Asia Times Online**, 11 de Outubro de 2012. Disponível em: <http://www.atimes.com/atimes/China/NJ11Ad01.html>. Acesso em: 04 de dezembro de 2012.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências**. São Paulo: Campus, 1989.

KIM H. N. The Fukuda Government and the Politics of the Sino-Japanese Peace Treaty. **Asian Survey**, v. 19 (3), p. 297-313, 1979.

KIMURA, Hiroshi: **Japanese-Russian Relations under Brezhnev and Andropov**. Armonk: M. E. Sharpe, 2000.

KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. New York: Simon & Schuster, 1994.

KISSINGER, Henry. **On China**. New York: Penguin Group, 2011.

KITASHITO et al. **Economic Reform, Rising Nationalism, and Japan's Changing Role in the World**. Tokyo, 2006.

KO, Shu-Ling. **Crises strengthen Japan-Taiwan ties**. The Japan Times, Kyodo, 8 de nov. de 2012. Disponível em: <http://www.japantimes.co.jp/text/nn20121108f2.html>.

KREPINEVICH, Andrew F. **Why AirSea Battle?** Center for Strategic Budget Assessment. CSBA, 2010.

KUIK, Cheng-Chwee. O multilateralismo da China em evolução na Ásia: as explicações da Aussenpolitik e da Innenpolitik. In CALDER Kent E. & FUKUYAMA, Francis. **Multilateralismo na Ásia Oriental: Perspectivas Para a Estabilidade Regional**. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

LEE, Chae-Jin. **China and Japan: New Economic Diplomacy**. Stanford: Hoover Institution, 1984.

LEE, Chae-Jin. **Japan Faces China: Political and Economic Relations in the Postwar Era**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1976.

LI vs. Pei: China's Prospects for Political Reform, Round Two. China Real Time Report. **The Wall Street Journal**, 9 de novembro de 2012.

LI, Cheng. China's 'fifth generation' leaders come of age. **Asia Times**, 29 de março de 2007. Disponível em: <http://www.atimes.com/atimes/China/IC29Ad01.html>

LI, Cheng. One Party, Two Coalitions in China's Politics. **East Asia Forum**, 2012. Disponível em: <http://www.eastasiaforum.org/2009/08/16/one-party-two-coalitions-in-chinas-politics/>

LI, Cheng. The Trial of Bo Xilai and What it Means for the rule of law in China. **East Asia Forum**, 2012. Disponível em: <http://www.eastasiaforum.org/2012/11/04/the-trial-of-bo-xilai-and-what-it-means-for-the-rule-of-law-in-china/>

MAGNO, Bruno. Relações China e Japão e seus recentes desdobramentos no âmbito da cooperação e integração regional. In: Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais (SEBREEI), 1, 2012, Porto Alegre. **Anais do 1º Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais (SEBREEI)**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012. No prelo.

MAGNO, Bruno; MUNHOZ Athos; BRITES, Pedro V. P. & PITT, Rômulo. O Processo de Integração no Leste Asiático sob a Perspectiva Japonesa. **Revista Perspectiva**, vol. 6, ano 4, PP.109-124, 2011.

MARTINS, José Miguel Q. **Digitalização e Guerra Local: como fatores de equilíbrio no sistema internacional**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

MARTINS, José Miguel Quedi; BORILLI, Cassiana; NEVES, Edson Jr & PICOLLI, Larleciane. O Fórum Quadrilateral e os Novos Caminhos para a Regionalização na Ásia Central e Meridional. **Conjuntura Austral**, pp. 62-81, v. 2, n. 8, 2011.

MASAKI, Hisane. Oil-hungry Japan looks to other sources. **Asia Times Online**. 21 de fevereiro de 2007. Disponível em: www.atimes.com/atimes/japan/IB21Dh01.html. Acesso em 03 de dezembro de 2012.

MASWOOD, S. Javed. **Japan and East Asian Regionalism**. Nissan Institute/Routledge Japanese Studies. New York: Routledge, 2012.

MEZZETTI, Fernando. **De Mao a Deng: a transformação da China**. Brasília: Editora Unb, 1996.

MINISTERIO dos Assuntos Estrangeiros da República Popular da China. **Diaoyu Dao, an Inherent Territory of China**. Beijing, State Council Information Office, Setembro de 2011. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx/t973774.htm>.

MOFA. **Fact Sheet on the Senkaku Islands**. Tokyo: MOFA, 2012.

MOFA. **Free Trade Agreement (FTA) and Economic Partnership Agreement (EPA)**. Tokyo: MOFA, 2012.

MORI, Kazuko. **New Relations Between China and Japan: A Groomy, Frail Rivalry**. Março de 2007. Disponível em: http://dspace.wul.waseda.ac.jp/dspace/bitstream/2065/12812/1/44_070409-mori-e.pdf. Acesso em: 03 de dezembro de 2012.

NAKANISHI, Hiroshi. The Gulf War and Japanese Diplomacy. *Nippon*, 6 de dezembro de 2011. Disponível em www.nippon.com/en/features/c00202/. Acesso em: 03 de dezembro de 2012.

OLIVEIRA, Lucas Kerr de. **Energia como recurso de poder na política internacional: geopolítica e o papel do Centro de Decisão Energética**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

PENG-ER, Lam. **Japan's Relations With China: Facing a Rising Power**. Sheffield Centre for Japanese Studies. New York: Routledge, 2009.

PENG-ER, Lam. Japan-Taiwan Relations: Between Affinity and Reality. **Asian Affairs** Vol. 30, No. 4, pp. 249-267, inverno, 2004. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/30172589>

QINGFEN, Ding. Domestic consumption takes driver's seat. **China Daily**, Beijing, 22 de março de 2012. Disponível em: http://www.chinadaily.com.cn/bizchina/2012-03/22/content_14886188.htm

RADTKE, Kurt W. **China's Relations With Japan 1945-83: The Role of Liao Chengzhi**. Manchester: Manchester University Press, 1990.

REIS, João Arthur da Silva. *Asean Way: O Conteúdo ético da Integração Asiática*. In: Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais (SEBREEI), 1, 2012, Porto Alegre. **Anais do 1º Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais (SEBREEI)**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012. No prelo.

SAHASHI, Ryo. Is Japan making the most of the US pivot? **East Asia Forum**, 6 de novembro de 2012. Disponível em: <http://www.eastasiaforum.org/2012/11/06/is-japan-making-the-most-of-the-us-pivot/>

SAKAI, Yoshihiro. **Japan's Economy in the Post-Koizumi Era**. Washington D. C.: Center for Strategic and International Studies, 2006.

SATO, Kazuo. **The Japan-China Summit and Joint Declaration of 1998: A Watershed for Japan-China Relations in the 21st Century?** 2001. Disponível em: http://www.brookings.edu/fp/cnaps/papers/sato_01.pdf. Acesso em: 03 de dezembro de 2012.

SEBATA, Takao. **Japan's Defense Policy and Bureaucratic Politics, 1976-2007**. New York: University Press of America, 2010.

SWANSTROM, Niklas; NORLING, Nicklas & LI, Zhang. China. In: STARR, S. Frederick. **The New Silk Roads: Transport and Trade in Greater Central Asia**. Washington D.C.: Johns Hopkins University-SAIS, 2007.

TAIWAN proposes “sharing” the Diaoyu / Senkaku to avoid tensions. **Asia News**. 13 de novembro de 2012. Disponível em: <http://www.asianews.it/news-en/Taiwan-proposes-%E2%80%9Csharing%E2%80%9D-the-Diaoyu-/-Senkaku-to-avoid-tensions-26335.html> Acesso em: 03 de dezembro de 2012.

TAKAHARA, Akio. Japan's Policy Toward China in the 1990s. In VOGEL, Ezra F.; YUAN, Ming & TANAKA, Akihiko. **The Age of Uncertainty: The U.S.-China-Japan Triangle from Tiananmen (1989) to 9/11 (2001)**. Harvard East Asian Monographs Online, 2005, p. 254-269.

TREATY of Peace with Japan. San Francisco: 8 de Setembro de 1951. Disponível em: <http://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%20136/volume-136-I-1832-English.pdf>. Acesso em: 03 de dezembro de 2012.

TREATY of Peace between the Republic of China and Japan. Taipei: 28 de Abril de 1952. Disponível em: <http://www.taiwandocuments.org/taipei01.htm>. Acesso em 03 de dezembro de 2012.

TOGO, Kazuhiko. Japan's **Foreign Policy, 1945-2003: The Quest for a Proactive Policy**. Leiden: Brill Academic Pub, 2005.

TOKYO Governor Wants To Buy Disputed Islands. Vídeo. Wall Street Journal. 2012. Aproximadamente quatro minutos. Legendado em inglês. Disponível em: <http://live.wsj.com/video/tokyo-governor-wants-to-buy-disputed-islands/2359A208-F261-4800-BA01-1B59ADE41CA6.html#!2359A208-F261-4800-BA01-1B59ADE41CA6>. Acesso em: 4 de dezembro de 2012.

UEHARA, Alexandre Ratsuo. **Política Externa do Japão no Final do Século XX: o que faltou?** São Paulo: Annablume, 2003.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As Relações Diplomáticas da Ásia**. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2012.

VIZENTINI, Paulo & PEREIRA, Analucia D. **História Mundial Contemporânea (1776-1991)**. Manual do Candidato. Brasília: FUNAG, 2010.

VIZENTINI, Paulo & RODRIGUES, Gabriela. **O dragão chinês e os tigres asiáticos: desenvolvimento e diplomacia na Ásia oriental contemporânea**. São Paulo: Novo Século, 2000.

VOGEL, Ezra F. **Deng Xiaoping and the Transformation of China**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

VOGEL, Ezra F.; YUAN, Ming & TANAKA, Akihiko. **The Golden Age of U.S.-China-Japan Triangle: 1972-1989**. Harvard: Harvard University Asia Center, 2002

WINES, Michael. Japanese Leader to Focus on N. Korea During Visit to China. **The New York Times**, 25 de Novembro de 2011. Disponível em: http://www.nytimes.com/2011/12/26/world/asia/prime-minister-yoshihiko-noda-of-japan-visits-beijing.html?_r=1&

XU, Heming. **The Redefinition of the U.S.-Japan Security Alliance and Its Implications for China**. Sigur Center for Asian Studies, 1998

YAHUDA, Michael. **International Relations of Asia-Pacific**. New York: Taylor & Francis, 2007.

YAMADA, Kyohei. **Geographic Income Distribution and the LDP**. Paper presented at the Conference on Japanese Political Economy. Institute for Social Science, University of Tokyo, August 2010.

YAN, Xuetong. **Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power**. New Jersey: Princeton University Press, 2010.

YANG, Chen. FDI by overseas Chinese to dip. **Global Times**, 24 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.globaltimes.cn/content/728794.shtml>

YONG, Deng. **China's Struggle for Status: The Realignment of International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

ZACHMANN, Urs Mathias. The Future of Chinese-Japanese Relations and Global Governance. **Russia, China and Global Governance**. Daiwa Seminar, 21 de Junho de 2012. Disponível em: <http://www.dajf.org.uk/wp-content/uploads/Zachmann-Daiwa-Seminar-2012-6-21.ppt1.pdf>. Acesso em: 07 de Dezembro de 2012.

ZHANG, Baijia (a). Chinese Domestic and Foreign Policies in the 1990s. In VOGEL, Ezra F.; YUAN, Ming & TANAKA, Akihiko. **The Age of Uncertainty: The U.S.-China-Japan Triangle from Tiananmen (1989) to 9/11 (2001)**. Harvard East Asian Monographs Online, 2005, p. 61-81.

ZHANG, Tuosheng (b). Sino-Japanese Relations at the Turn of the Century (1992 to 2001). In VOGEL, Ezra F.; YUAN, Ming & TANAKA, Akihiko. **The Age of Uncertainty: The U.S.-China-Japan Triangle from Tiananmen (1989) to 9/11 (2001)**. Harvard East Asian Monographs Online, 2005, p. 227-253.

ZHANG, Xiaoming. **Red Wings Over the Yalu**. College Station: Texas A&M University Press, 2002.

ZHANG, Yunling. China's regional and global power. **East Asia Forum**, 6 de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.eastasiaforum.org/2012/02/06/chinas-regional-and-global-power/>